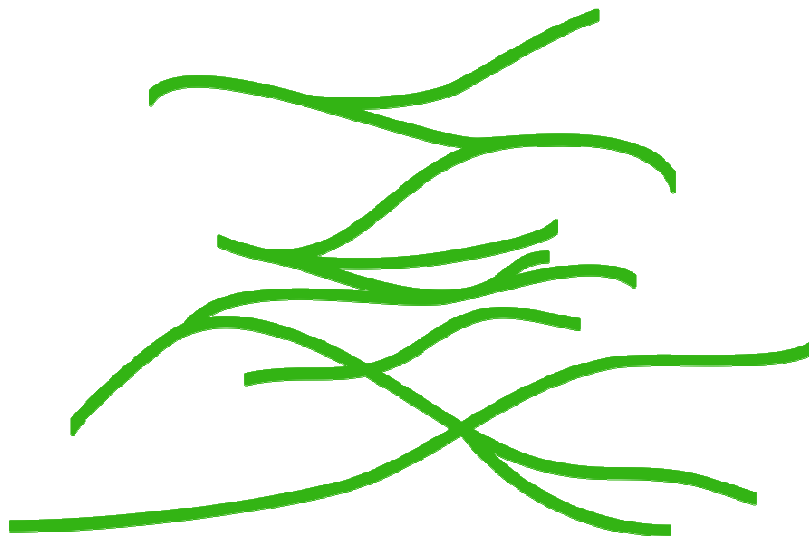




MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2016



FOZ CÔA

VILA NOVA

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO DE 2016



ÍNDICE GERAL

1 – INTRODUÇÃO.....	6
1.2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	7
2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	8
2.1 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	9
2.2 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO	10
2.3 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	12
3 – ANÁLISE PATRIMONIAL	25
3.1. – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	26
3.2 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS.....	27
3.3- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	27
3.4 - PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2016	29
CONCLUSÃO	30
4 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31
4.1- BALANÇO	32
4.2. – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	36
5 – MAPAS RESUMO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL.....	37
5.1. – CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA	38
5.2. – CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	43
5.3. – RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA	47
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Execução das GOP’S	9
Gráfico 2 – Execução do PPI.....	10
Gráfico 3 – Evolução das Receitas.....	13
Gráfico 4 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).....	14
Gráfico 5 – Execução Orçamental da Despesa.....	16
Gráfico 6 - Despesa Corrente e Capital.....	17
Gráfico 7 - Estrutura de Resultados	28
Gráfico 8 - Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazos	73



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura e Execução do Investimento por Funções – Ano de 2016.....	11
Quadro 2 – Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI	11
Quadro 3 – Execução Orçamental da Receita	12
Quadro 4 – Evolução das Receitas (2006 a 2016).....	13
Quadro 5 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).....	14
Quadro 6 – Execução Orçamental das Despesas.....	15
Quadro 7 – Evolução da Despesa.....	16
Quadro 8 – Despesas Correntes e Capital.....	16
Quadro 9 - Princípio do Equilíbrio – Execução Orçamental	17
Quadro 10 - Equilíbrio Orçamental	18
Quadro 11 – Limite da Dívida Total	19
Quadro 12 – Despesas com Pessoal (2015 e 2016).....	20
Quadro 13 – Rácios de Estrutura da Receita	21
Quadro 14 – Rácios de Estrutura da Despesa	21
Quadro 15 – Resumo dos Fluxos de Caixa	22
Quadro 16 – Operações de Tesouraria	24
Quadro 17 – Variações Patrimoniais	26
Quadro 18 – Rácios de Gestão Financeira	27
Quadro 19 – Resumo dos Rácios.....	28
Quadro 20 – Balanço.....	35
Quadro 21 – Demonstrações de Resultados.....	36
Quadro 22 – Mapa de controlo Orçamental da Receita	42
Quadro 23 – Mapa de controlo Orçamental da Despesa	46
Quadro 24 – Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa	47
Quadro 25 – Imobilizado Corpóreo.....	60



Quadro 26 – Bens de Domínio Público	61
Quadro 27 – Imobilizado em Curso	61
Quadro 28 – Imobilizado Incorpóreo	62
Quadro 29 – Amortizações Acumuladas	63
Quadro 30 – Entidades Participadas	65
Quadro 31 – Fundo Patrimonial.....	66
Quadro 32 – Demonstração do CMVMC.....	67
Quadro 33 – Demonstração de Resultados Financeiros	67
Quadro 34 – Demonstração de Resultados Extraordinários	68
Quadro 35 – Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos.....	71
Quadro 36 – Outras Dívidas a terceiros 2016	72
Quadro 37 – Recebimentos e Pagamentos em atraso a 31/12/2016.....	74
Quadro 38 – Posição dos projetos candidatos em 31/12/2016	75
Quadro 39 – Prazo Médio de Pagamentos	75



1 – INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro (Novo Regime jurídico das Autarquias Locais) é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.

Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL). Para além disso, deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional e económica da Autarquia. Tais informações destinam-se, não só para apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal e, para julgamento do Tribunal de Contas, como também para terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

Assim, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas na sua sessão ordinária de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da Lei 75/2013 (Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais) de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), posteriormente, o órgão executivo remeterá para o Tribunal de Contas.

No ponto 2 das considerações técnicas do POCAL, estão discriminados os documentos de prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas, para controlo jurisdicional.



1.1 - NOTA PRÉVIA

Com este Relatório de Gestão pretende-se demonstrar:

- a) A situação económica relativa ao exercício, comparada com exercícios anteriores, analisando a evolução da gestão nos diversos sectores de Atividade Autárquica;
- b) Os níveis de execução mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua atividade económica e financeira (quer da receita quer da despesa);
- c) Uma síntese da situação financeira da autarquia, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise dos Balanços e das Demonstrações de Resultados;
- d) A evolução das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo;
- e) A proposta fundamentada de aplicação do resultado líquido do exercício;
- f) Os factos relevantes ocorridos no exercício ou no termo do exercício anterior.

1.2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Da presente análise podemos tirar interpretações concretas de quais os desvios que se efetuaram às previsões iniciais, apontadas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2016. Será através da leitura e interpretação dos números que podemos fazer uma análise da atividade económica – financeira do Município. No entanto, para que essa leitura seja mais esclarecedora, juntamos algumas notas explicativas que irão acompanhar cada elemento técnico.

Apontamos como metodologia de análise do Relatório de Gestão de 2016, fazê-la em dois grandes capítulos: Análise Orçamental e Análise Patrimonial.

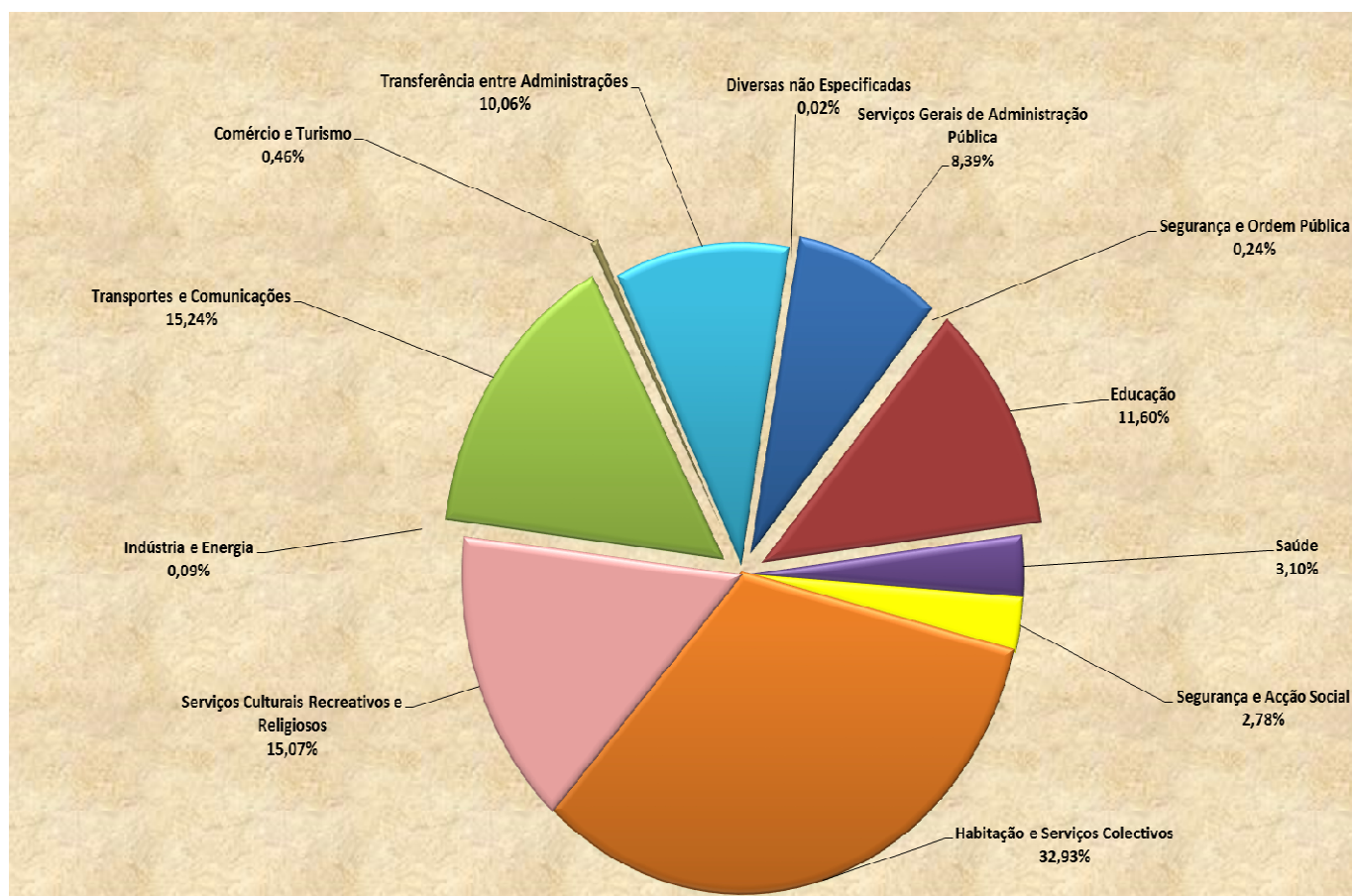


2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL



2.1 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

No gráfico seguinte mostram-se as Execuções do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do Plano de Atividades Municipais (PAM), por funções (% em relação ao total executado):



2.2 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO

Importa debruçarmo-nos sobre este Plano, por nele constarem todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos. Os objetivos principais definidos neste Plano, a que esta Prestação de Contas se refere, foram conseguidos. Referimo-nos concretamente às subfunções cujas taxas de execução anuais em relação ao montante previsto inicialmente, são as seguintes:

Educação – 83,95%, Serviços Gerais de Administração Pública - 82,86%, Transportes e Comunicações - 50,25%, Habitação e Serviços Coletivos - 34,63%, Indústria e Energia - 33,53%, Comércio e Turismo - 26,88%, Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos - 20,15% e Saúde – 12,24%.

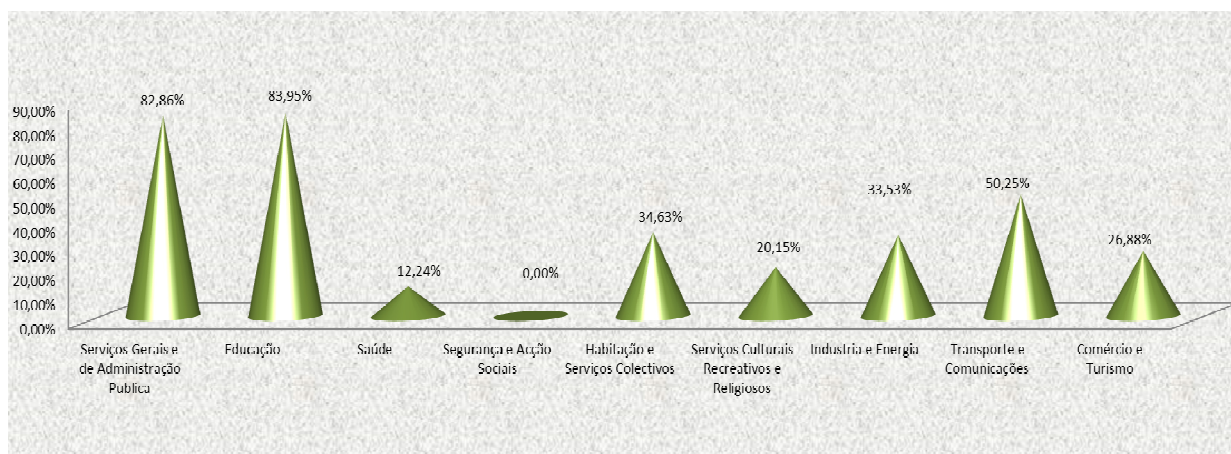


Gráfico 2 – Execução do PPI

Da leitura do presente gráfico e em consonância com o quadro a seguir descrito, conclui-se que a maior parte da despesa de investimento incidiu nas rubricas: **Educação - 83,95%, e Serviços Gerais de Administração Pública – 82,86%.**



Funções	Previsto	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Serviços Gerais de Administração Pública	202.500,00	167.798,02	-34.701,98	82,86
Educação	5.030,00	4.222,59	-807,41	83,95
Saúde	270.702,95	33.140,77	-237.562,18	12,24
Segurança e Acção Sociais	200,00	0,00	-200,00	0,00
Habitação e Serviços Colectivos	291.760,00	101.022,73	-190.737,27	34,63
Serviços Culturais Recreativos e Religiosos	76.600,00	15.431,10	-61.168,90	20,15
Indústria e Energia	6.000,00	2.011,61	-3.988,39	33,53
Transporte e Comunicações	644.575,00	323.901,65	-320.673,35	50,25
Comércio e Turismo	17.700,00	4.757,03	-12.942,97	26,88
Total Geral	1.515.067,95	652.285,50	-862.782,45	43,05

Quadro 1 – Estrutura e Execução do Investimento por Funções – Ano de 2016

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Previsto	8.389.048,42	8.746.001,27	8.563.680,48	12.884.489,28	13.095.658,25	7.128.912,80	2.593.350,00	2.900.175,80	1.515.067,95
Executado	2.872.233,16	2.055.893,21	2.979.906,87	4.534.900,19	5.619.156,06	4.617.059,55	1.653.432,69	1.962.114,96	652.285,50
%	34,24%	23,51%	34,80%	35,20%	42,91%	64,77%	63,76%	67,66%	43,05%

Quadro 2 – Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI

Da leitura do quadro supra, constata-se que no ano em análise, foi obtida a percentagem de **43,05%**.



2.3 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

2.3.1 – RECEITAS – 2016

Classificação		Dotação			Execução	
Económica	Descrição	Inicial	Alterações	Actual	Cobrada	%
01	IMPOSTOS DIRETOS	869.203,00	0,00	869.203,00	799.656,99	92,0
02	IMPOSTOS INDIRETOS	2.004,00	0,00	2.004,00	2.460,13	122,8
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	53.901,00	0,00	53.901,00	41.680,38	77,3
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	288.108,00	0,00	288.108,00	9.135,00	3,2
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.373.061,00	0,00	6.373.061,00	6.090.751,99	95,6
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.358.813,00	0,00	1.358.813,00	1.394.610,73	102,6
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	277.719,00	0,00	277.719,00	339.204,92	122,1
	RECEITAS CORRENTES	9.222.809,00	0,00	9.222.809,00	8.677.500,14	94,1
9	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	71.018,00	0,00	71.018,00	0,00	0,0
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.082.545,00	0,00	1.082.545,00	866.249,07	80,0
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00	1,00	0,00	0,0
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00	0,00	2,00	0,00	0,0
	RECEITAS DE CAPITAL	1.153.566,00	0,00	1.153.566,00	866.249,07	75,1
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	30,00	0,00	30,00	0,27	0,9
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	176.202,95	176.202,95	176.202,95	100,0
	OUTRAS RECEITAS	30,00	176.202,95	176.232,95	176.203,22	99,98
	TOTAL DA RECEITA	10.376.405,00	176.202,95	10.552.607,95	9.719.952,43	92,1

Quadro 3 – Execução Orçamental da Receita

Da leitura do quadro supra constata-se que o total das receitas arrecadadas é de **9.719.952,43€**. Este valor inclui **176.202,95€**, de saldo da gerência anterior (execução orçamental) o que corresponde a **1,81%** das receitas arrecadadas.

A percentagem de execução face ao previsto corresponde a **94,1%**, de receitas correntes e **75,1%** de receitas de capital.

O total das receitas correntes foi de **8.677.500,14€**, o que corresponde a **89,28%**, do total das receitas arrecadadas.

As receitas de capital foram de **866.249,07€**, o que corresponde a **8,91%** do total das receitas arrecadadas.

Realçamos o facto de que o total das receitas cobradas em relação às previsões corrigidas, atingiu uma percentagem de **92,1%**, cumprindo o estipulado no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), ou seja, a execução da receita é superior aos 85% que a RFALEI, impõe. A referida execução revela ainda que os orçamentos Municipais têm vindo a ser planeados de forma mais responsável, fiável e eficaz.



Continuamos a achar conveniente, para uma melhor apreciação das Finanças Municipais, estabelecer a comparação entre a presente Prestação de Contas e a dos anos anteriores.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Correntes	5.170.461,69 €	5.680.967,90 €	5.773.590,71 €	6.655.587,92 €	6.655.937,69 €	6.679.059,99 €	6.695.144,27 €	7.820.678,22 €	9.192.109,86 €	8.745.879,96 €	8.677.500,14 €
Capital	4.651.196,38 €	4.399.937,24 €	4.154.492,10 €	3.725.978,41 €	3.887.450,53 €	5.461.053,25 €	7.722.947,34 €	4.397.650,72 €	1.342.901,65 €	1.503.969,39 €	1.042.452,29 €
Total	9.821.658,07 €	10.080.905,14 €	10.071.503,41 €	10.541.157,46 €	10.543.388,22 €	12.140.113,24 €	14.418.091,61 €	12.218.328,94 €	10.535.011,51 €	10.249.849,35 €	9.719.952,43 €
Evolução da Receita	12,01%	2,64%	-0,09%	4,66%	0,02%	15,14%	18,76%	-15,26%	13,78%	-2,71%	-5,17%

Quadro 4 – Evolução das Receitas (2006 a 2016)

Deste quadro comparativo podemos verificar que houve uma diminuição das receitas totais em 5,17%, em relação ao ano de 2015. Refira-se que o saldo da gerência, embora não seja classificado nem de correntes nem de capital, para efeitos do presente quadro, encontra-se incorporado no valor das receitas de capital.

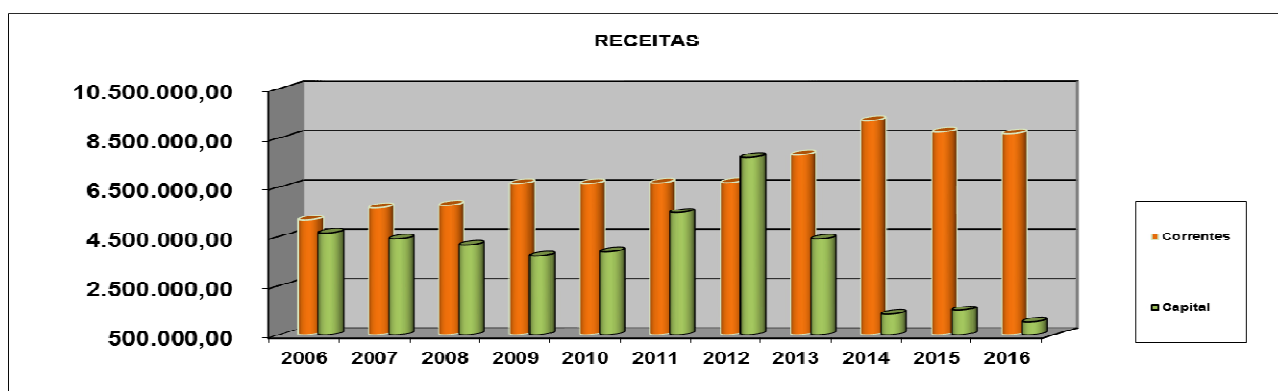


Gráfico 3 – Evolução das Receitas

As receitas totais resultam no essencial do somatório de:

1. Receitas das transferências do Orçamento Geral do Estado tais como: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS.
2. Outro tipo de receitas arrecadadas no Concelho, tais como as cobradas por terceiros para o Município, que damos como exemplo: Imposto



Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (I.M.T.), o Imposto Único de Circulação (I.U.C) etc.

3. Transferências de fundos comunitários, na sua maioria transferências de capital.

Dado que a principal fonte de receita do Município são as **Transferências do Orçamento Geral de Estado (OE)**, também será importante fazer a análise comparativa dos últimos anos. Da leitura do quadro seguinte podemos constatar que em relação ao ano de 2015, houve um **aumento de 1,22%**.

Espelha-se então a seguir a evolução dos últimos anos, no que concerne às transferências do OE:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Correntes	3.387.400,00 €	3.481.206,00 €	3.649.471,00 €	3.834.798,00 €	3.876.715,00 €	3.677.626,00 €	3.499.194,00 €	4.587.086,00 €	4.990.470,00 €	5.279.555,00 €	5.344.637,00 €
Capital	2.258.266,00 €	2.164.464,00 €	2.278.478,00 €	2.389.548,00 €	2.411.434,00 €	2.296.112,00 €	2.175.776,00 €	1.087.888,00 €	528.100,00 €	551.571,00 €	558.052,00 €
Total	5.645.666,00 €	5.645.666,00 €	5.927.949,00 €	6.224.346,00 €	6.288.149,00 €	5.973.738,00 €	5.674.970,00 €	5.674.974,00 €	5.518.570,00 €	5.831.126,00 €	5.902.689,00 €
	0,00%	0,00%	4,99%	5,00%	1,03%	-5,00%	-5,00%	0,00%	-2,76%	5,66%	1,22%

Quadro 5 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).

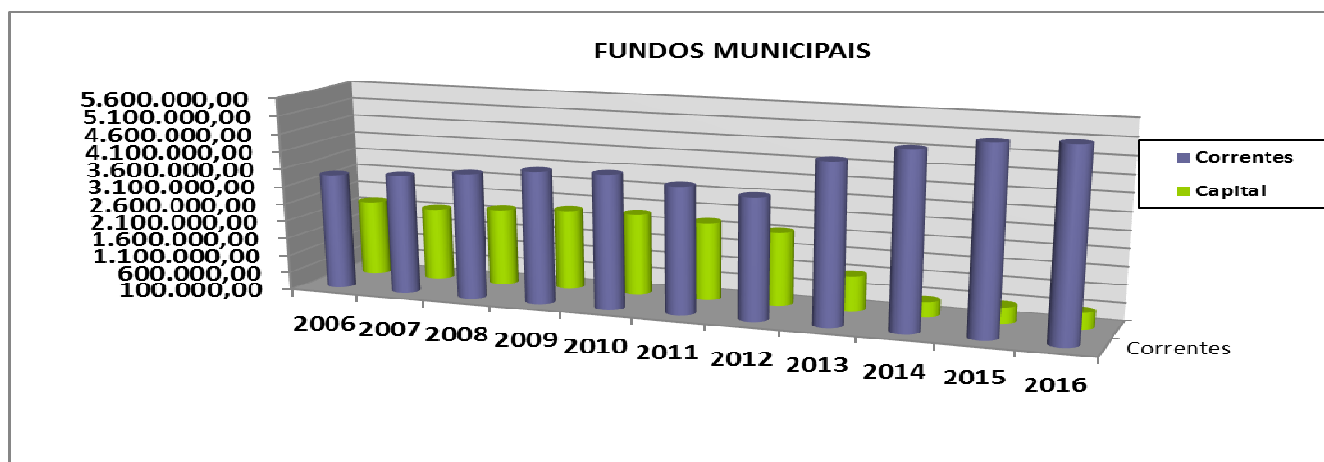


Gráfico 4 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).



2.3.2 – DESPESAS

Classificação	Designação	Dot. Inic.	Dot. Corrig.	Alterações (+/-)	Desp. Paga	% Exec.
01	Despesas com o pessoal	3.024.450,00	2.964.570,00	-59.880,00	2.868.752,80	96,77
02	Aquisição de Bens e serviços	3.758.500,00	3.822.400,00	63.900,00	3.225.200,39	84,38
03	Juros e Outros encargos	25.100,00	25.600,00	500,00	17.049,39	66,60
04	Transferência Correntes	1.330.950,00	1.407.630,00	76.680,00	1.265.821,90	89,93
06	Outras Despesas Correntes	55.500,00	83.500,00	28.000,00	68.747,13	82,33
Total Despesas Correntes		8.194.500,00	8.303.700,00	109.200,00	7.445.571,61	89,67
07	Aquisição de Bens de Capital	1.449.405,00	1.446.767,95	-2.637,05	583.997,50	40,37
08	Transferência de Capital	354.200,00	423.840,00	69.640,00	145.918,07	34,43
09	Activos Financeiros	73.300,00	73.300,00	0,00	68.288,00	93,16
10	Passivos Financeiros	305.000,00	305.000,00	0,00	294.365,06	96,51
Total Despesas Capital		2.181.905,00	2.248.907,95	67.002,95	1.092.568,63	48,58
Total Geral		10.376.405,00	10.552.607,95	176.202,95	8.538.140,24	80,91

Quadro 6 – Execução Orçamental das Despesas

Da leitura do quadro, constata-se que o total das despesas pagas foi de **8.538.140,24€**.

No que concerne às despesas correntes, atingiram um valor total de **7.445.571,61€**. Refira-se ainda, que o total destes pagamentos face às dotações corrigidas obteve uma percentagem de **89,67%**. Verifica-se assim uma execução superior **de 3,13%**, em relação ao ano de 2015 (**86,54%**). Em relação às **despesas de capital** num total de **1.092.568,63€**, a percentagem de execução face às dotações corrigidas é de **48,58%**, tendo-se verificado uma diminuição de **19,15%**, em relação ao ano anterior (**67,73%**).

Salienta-se que durante o ano em análise, foram pagos de serviço da dívida **298.625,19€**, sendo **4.260,13€**, de juros e **294.365,06€** para amortização de empréstimos.

Sobre a execução orçamental, entende-se ser importante realizar também uma análise comparativa dos últimos 11 anos.

Do quadro seguinte pode igualmente constatar-se que em relação à previsão da despesa para o ano de 2016, atingiu-se uma taxa de execução orçamental de **82,28%**.



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Previsão	17.793.289,98 €	14.997.104,34 €	17.816.602,74 €	19.704.879,86 €	19.930.364,48 €	23.911.404,28 €	24.707.550,00 €	18.675.250,00 €	12.362.450,00 €	12.613.000,00 €	10.376.405,00 €
*	-6,03%	-15,71%	18,80%	10,60%	1,27%	19,97%	3,33%	-24,41%	-33,80%	2,03%	-17,73%
Execução	9.712.829,61 €	9.937.484,54 €	9.911.912,28 €	10.222.876,98 €	10.529.888,94 €	12.040.804,99 €	14.392.178,81 €	12.203.909,02 €	10.366.530,98 €	10.073.646,40 €	8.538.140,24 €
*	10,33%	2,31%	-0,26%	3,14%	3,00%	14,35%	19,53%	-15,20%	-15,06%	-2,83%	-15,24%
Desvio	8.080.460,37 €	5.059.619,80 €	7.904.690,46 €	9.482.002,88 €	9.400.475,54 €	11.870.599,29 €	10.315.371,19 €	6.471.340,98 €	1.995.919,02 €	2.539.353,60 €	1.838.264,76 €
*	-20,25%	-37,38%	56,23%	19,95%	-0,86%	26,28%	-13,10%	-37,27%	-69,16%	27,23%	-27,61%
Taxa Execução	54,59%	66,26%	55,63%	51,88%	52,83%	50,36%	58,25%	65,35%	83,85%	79,87%	82,28%

* % em relação ao ano anterior

Quadro 7 – Evolução da Despesa

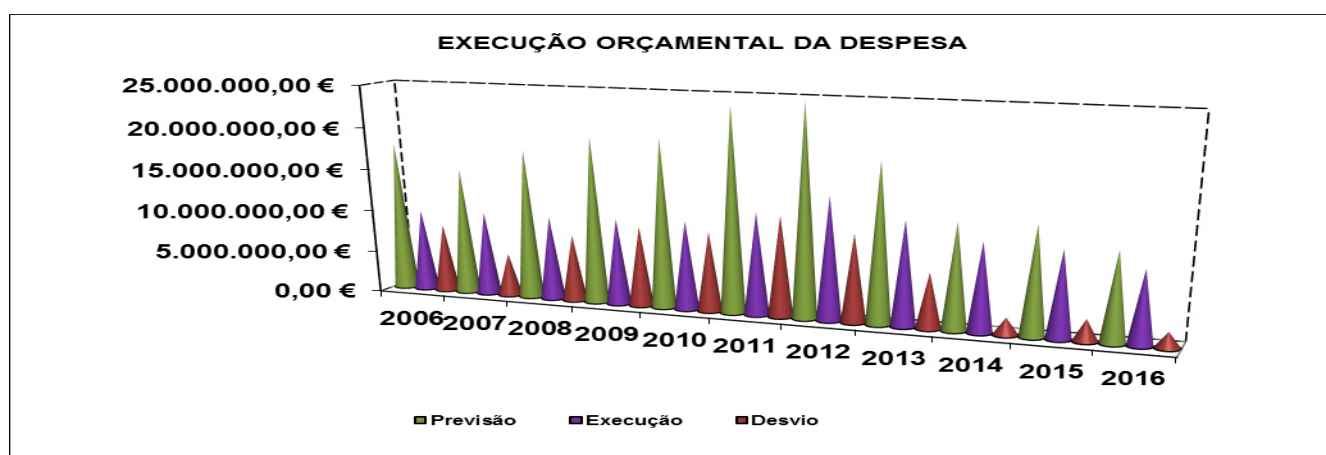


Gráfico 5 – Execução Orçamental da Despesa

Evolução da execução da despesa nos últimos onze anos, ao nível de correntes e de capital.

DESPESA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
CORRENTE	5.059.128,32 €	5.894.583,20 €	6.202.566,88 €	7.181.941,54 €	6.653.577,59 €	6.664.383,60 €	8.107.705,56 €	7.077.387,52 €	8.144.730,60 €	7.626.540,25 €	7.445.571,61 €
CAPITAL	4.653.701,29 €	4.042.901,34 €	3.709.345,40 €	3.040.935,44 €	3.876.311,35 €	5.376.421,39 €	6.284.473,25 €	5.126.521,50 €	2.221.800,38 €	2.447.106,15 €	1.092.568,63 €
TOTAL	9.712.829,61 €	9.937.484,54 €	9.911.912,28 €	10.222.876,98 €	10.529.888,94 €	12.040.804,99 €	14.394.190,81 €	12.203.909,02 €	10.366.530,98 €	10.073.646,40 €	8.538.140,24 €

Quadro 8 – Despesas Correntes e Capital

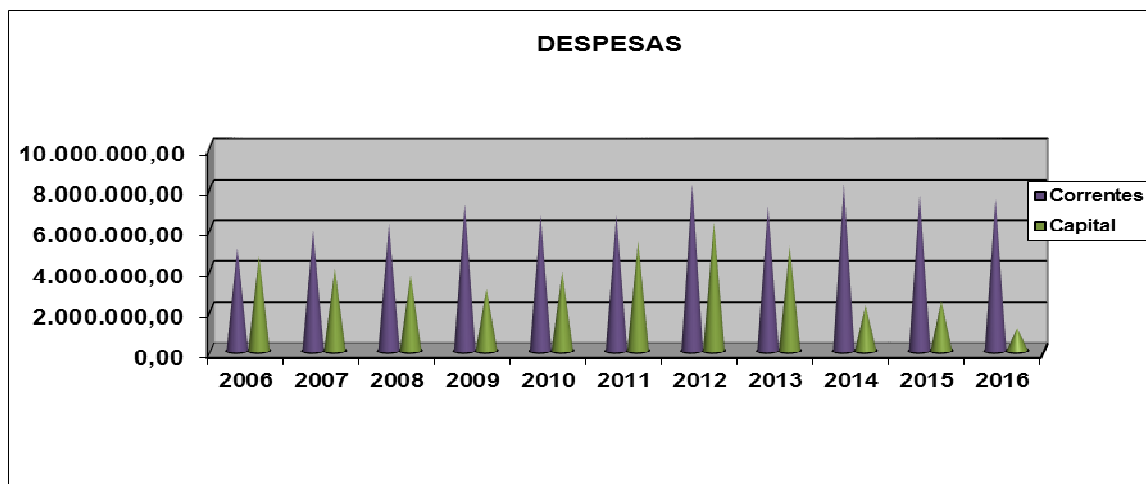


Gráfico 6 - Despesa Corrente e Capital

2.3.2.1 – PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Apresenta-se de seguida no quadro infra a evolução do **cumprimento do princípio do equilíbrio**, no que se refere à execução orçamental, conforme obriga a alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL (as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes).

Refira-se ainda que este executivo, durante o ano de 2016, direcionou todos os esforços no sentido de cumprir o referido princípio, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Princípio do Equilíbrio											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Corrente	5.102.366,68	5.572.139,44	5.773.590,71	6.655.587,92	6.655.937,69	6.679.059,99	6.695.144,27	7.820.678,22	9.192.109,86	8.745.879,96	8.677.500,14
Despesa Corrente	5.059.128,32	5.894.583,20	6.202.566,88	7.181.941,54	6.653.577,59	6.664.383,60	8.107.705,56	7.077.387,52	8.144.730,60	7.626.540,25	7.445.571,61
Diferença	43.238,36	-322.443,76	-428.976,17	-526.353,62	2.360,10	14.676,39	-1.412.561,29	743.290,70	1.047.379,26	1.119.339,71	1.231.928,53

Quadro 9 - Princípio do Equilíbrio – Execução Orçamental



No que concerne ao Equilíbrio Orçamental nos termos do nº 2 do artigo 40º, conjugado com o artigo 83º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), apresentamos um quadro elucidativo do cumprimento do referido equilíbrio que se traduz no seguinte:

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS				
Entidade Financeira	Finalidade do empréstimo	Capital em Dívida em 01 de jan. de 2014	Nº anos remanescentes	Amortizações médias
BES	Requalificação da Rede Viária	111.406,56 €	7	15.915,22 €
BES	Req. Urb. Parque de Santa Barbara	50.748,25 €	7	7.249,75 €
BES	E.M Seixas- Numão	38.243,98 €	7	5.463,43 €
BES	Centro Cultural/Biblioteca/Museu-2ª fase	373.763,23 €	8	46.720,40 €
CGD	Financiamento de obras Financiadas	184.875,32 €	2	92.437,66 €
CCAM	Centro Escolar de V.N. Foz Côa e Freixo de Numão(JI/1CEB) - Arrelvamento do Estádio Municipal.	815.365,12 €	10	81.536,51 €
ESTADO	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado - IGTCP	162.572,00 €	5	32.514,40 €
TOTAL				281.837,37 €
EQUILIBRIO ORÇAMENTAL - EXECUÇÃO (artigos 40º e 83º da RFALEI)				
Descrição		Dados do Exercício de 20156 Valor		
A - Receitas correntes cobradas brutas		8.677.500,14 €		
B - Despesas correntes pagas		7.445.571,61 €		
C - Saldo corrente (A-B)		1.231.928,53 €		
D - Amortização média dos EMLP		281.837,37 €		
E - Diferença Anual (C-D)		950.091,16 €		
Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio		Cumprimento		

Quadro 10 - Equilíbrio Orçamental

A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, sendo que se entende por “amortizações médias de empréstimos” o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da Lei que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (1 de Janeiro de 2014), pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato. Portanto, a poupança corrente (receita corrente + amortizações de empréstimos => despesas de capital), tem que “acomodar” um valor equivalente às amortizações médias dos empréstimos existentes.



2.3.2.2 – LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

O artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), estabelece um limite da dívida total que cada Município terá que cumprir, **sob pena de ver reduzido no exercício subsequente, de pelo menos 10% do montante em excesso**, até que aquele limite seja cumprido. Apresenta-se de seguida a posição deste Município, a 31-12-2016.

Aferição da Dívida Total

Todos

Municípios	Limite da dívida total artigo 52.º da	Divida Total (01-01-2016)									Divida Total (31-12-2016)								Variação da dívida	Variação do excesso	Utilização da margem disponível
		Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida Total	Dívidas não orçamentais e exceções Lei n.º73/2013	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais, exceções	Montante em excesso	Margem absoluta	Margem Utilizável	Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais e exceções Lei n.º73/2013	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais, exceções previstas Lei 73/2013 e FAM	Montante em excesso	Margem			
							(17)=(16)- (1), se (16)>(1) ou (17)=(16)- [(7)+(10)], se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1)										(18)=(1)-(16), se (16)<(1) ou (18)=[(7)+(10)] - (16), se (10)>0 e (7)+(10)>(16)				
							de 1 de Jan a 31 de Dez (%)										de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	de 1 de Jan a 31 de Dez			
	Lei n.º 73/2013	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)	(7)=(4)-(5)- (6)	(8)=(7)-(1), se (7)>(1)	(9)=(1)-(7), se (7)<(1)	(10)=(9) * 20%	(11)	(12)	(13)=(11)+(1 2)	(14)	(15)	(16)=(13)- (14)-(15)	(17)=(16)- (1), se (16)>(1) ou (17)=(16)- [(7)+(10)], se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1)	(18)=(1)-(16), se (16)<(1) ou (18)=[(7)+(10)] - (16), se (10)>0 e (7)+(10)>(16)	(19)=(16)/(7)-1	(20)=(17)/(8)-1
VILA NOVA DE FOZ CÔA	12.879.334,02	2.474.483,27	897.354,27	3.371.837,54	209.787,15	409.728,61	2.752.321,78		10.127.012,24	2.025.402,45	1.862.991,14	607.484,83	2.470.475,97	41.685,99	341.440,61	2.087.349,37		10.791.984,65	-0,24		2.690.374,86

1º Pressuposto - Não ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2º Pressuposto - Cumprido o limite anterior, só pode aumentar em cada exercício 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Quadro 11 – Limite da Dívida Total



Importa referir que para este mapa foi contabilizada toda a dívida de terceiros, incluindo a conta 22.8 – faturas em receção e conferência, que entraram nos nossos serviços financeiros em 2017, tendo data de 2016. Cumprido o 1º pressuposto, com uma margem confortável de 2.690.374,86 €, dados estes retirados no portal da Direção-Geral das Autarquias Locais, verificamos que também o Município de enquadra no 2º pressuposto, uma vez que detinha uma margem utilizável de 20%, no valor de 2.025.402,45 €, conforme leitura do quadro supra.

2.3.2.3 – DESPESAS COM O PESSOAL

Apresenta-se de seguida a variação de toda a despesa realizada com o pessoal que inclui todos os encargos do Município com os seus trabalhadores, nomeadamente comparticipação na saúde, contribuições para a segurança social entre outros, com referência aos anos de 2015 a 2016.

64	CUSTOS COM O PESSOAL	2015	2016	Variação
64.1.1	Remuneração dos eleitos	84.657,94	88.330,92	4,34%
64.2	Remunerações do pessoal	2.040.278,09	2.132.687,91	4,53%
64.5	Encargos sobre remunerações	501.452,77	492.245,73	-1,84%
64.6	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00%
64.8	Outros custos com pessoal	147.921,79	174.290,48	17,83%
64.9	Pessoal aguardar aposentação/Indemnizações	575,58	660,34	14,73%
	Total de custos com pessoal	2.774.886,17	2.888.215,38	4,08%

Quadro 12 – Despesas com Pessoal (2015 e 2016)

Denota-se na análise do quadro supra, um aumento de 4,08%, nos custos totais com o pessoal, em comparação com o ano anterior.



2.3.3 – RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA E DESPESA

Rácios de estrutura da receita	
Receitas próprias/ receita total	27%
Receita cobrada localmente/Rec Total	18%
Impostos directos/Receita total	8%
Transferencias da administração/Rec Total	72%
Passivos financeiros/Receita total	0%

Quadro 13 – Rácios de Estrutura da Receita

Rácios de estrutura da despesa	
Receita total/despesa total	114%
Receita corrente /Despesa corrente	117%
Desp Pessoal / Despesa total	34%
Desp Pessoal / Fundos MuniCorrentes	107%
Aquis bens e Serv / Despesa Total	38%
Aquis bens e Serv / Fundos Munic Corre	121%
Serviço Dívida / Despesa total	4%
Receita de capital/ Despesa de capital	79%
Passivos financeiros/despesa total	0%
Receitas próprias/Despesa total	30%
Transfer da Ad central/Despesa Total	81%
Rec Local/Despesa total	21%

Quadro 14 – Rácios de Estrutura da Despesa

**2.3.4 – ANÁLISE AOS FLUXOS DE CAIXA****RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA**

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

ANO 2016

PAG. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		396.351,79	Despesas orçamentais		8.538.140,24
Execução orçamental	176.202,95		Correntes	7.445.571,61	
Operações de tesouraria ...	220.148,84		Capital	1.092.568,63	
Receitas orçamentais		9.543.749,48	Operações de tesouraria		570.057,34
Correntes	8.677.500,14		Saldo para a gerência seguinte ...		1.407.399,57
Capital	866.249,07		Execução orçamental	1.181.812,19	
Outras	0,27		Operações de tesouraria	225.587,38	
Operações de tesouraria		575.495,88	Total		10.515.597,15
Total		10.515.597,15			

Quadro 15 – Resumo dos Fluxos de Caixa

No que se refere aos **movimentos de operações de tesouraria**, podemos referir que durante o ano em apreço, o Município transitou com um saldo da gerência anterior de 220.148,84€. Deu entrada em operações tesouraria durante o ano de 2016, a importância de 575.495,88€ e saída de 570.057,34€, ficando com um saldo de 225.587,38€, para a gerência seguinte.



2.3.5 – OPERAÇÕES DE TESOURARIA

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA					DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.FOZ COA		Período: 2016/01/01 a 2016/12/31					2017/03/23	2016	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		
			DEVEDOR	CREADOR	DEBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREADOR	
21		CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES		5.233,12	300,00	1.140,00			6.073,12
21.7		CLIENTES E UTENTES C/CAUÇÕES		5.233,12	300,00	1.140,00			6.073,12
21.7.2		CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO		676,53					676,53
21.7.2.02		CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO - S/ TERCEIROS		676,53					676,53
21.7.3		CAUÇÕES DE CONCESSÃO			300,00	1.140,00			840,00
21.7.4		CAUÇÕES DE ÁGUA		4.556,59					4.556,59
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		34.791,68	516.170,79	516.991,98			35.612,87
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos		17.642,80	222.957,33	223.297,60			17.983,07
24.2.1		Trabalho dependente		17.100,00	217.877,00	217.876,00			17.099,00
24.2.2		Trabalho independente		82,80	2.984,65	3.785,92			884,07
24.2.4		Prediais			1.447,68	1.447,68			
24.2.4.1		IRS-PREDIAIS			1.447,68	1.447,68			
24.2.5		IRS-PENSOES		460,00	648,00	188,00			
24.4		Restantes impostos		1,59	1.383,86	1.426,74			44,47
24.4.4		TAXA PELA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE REGISTO			296,09	332,64			36,55
24.4.5		IMT-INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P			1.053,00	1.053,00			
24.4.6		AMA-AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P		1,59	34,77	41,10			7,92
24.5		Contribuições para a Segurança Social		17.052,52	290.278,43	290.716,47			17.490,56
24.5.1		ADSE			66.788,56	66.788,56			
24.5.1.1		ADSE-DESCONTOS DO PESSOAL			66.788,56	66.788,56			
24.5.2		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		11.497,37	150.039,32	150.175,47			11.633,52
24.5.2.1		CGA-DESCONTOS DO PESSOAL		11.497,37	150.039,32	150.175,47			11.633,52
24.5.3		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		5.555,15	73.450,55	73.752,44			5.857,04
24.5.3.1		IGFSS-DESCONTOS DO PESSOAL		5.555,15	73.450,55	73.752,44			5.857,04
24.9		Outras tributações		94,77	1.551,17	1.551,17			94,77
24.9.1		Multas e coimas			115,00	115,00			
24.9.9		Outras		94,77	1.436,17	1.436,17			94,77
24.9.9.5		PREPAROS		94,77					94,77
24.9.9.9		DIRECÇÃO GERAL DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS			1.436,17	1.436,17			
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES		180.124,04	53.586,55	57.363,90			183.901,39
26.1		Fornecedores de imobilizado		169.762,35	10.918,25	14.695,60			173.539,70
26.1.5		FORNECEDORES DE IMOBILIZADO COM CAUÇÃO		169.762,35	10.918,25	14.695,60			173.539,70
26.1.5.3		Fornecedores de imobilizado em dinheiro		169.762,35	10.918,25	14.695,60			173.539,70
38		EDUARDO ANTONIO SOUSA LOPES		5,56					5,56
39		CHUPAS E MORRÃO, S A		3.327,58					3.327,58
40		JOSE DO NASCIMENTO RAMOS		1.863,37					1.863,37
41		BRIGIDA & DINIS, LDA		6.898,57	1.029,83	4.106,17			9.974,91
42		L.G.B. SOCIEDADE DE PROJECTOS E INFRAESTRUTURAS		5.000,00					5.000,00
		ELECTRICAS DE TELECOMUNICAÇÕES,							
141		GUALDIM ANCIÃES AMADO & FILHOS LDª		5.388,55		6.076,90			11.465,45
143		JOAO VEIGA - CONSTRUÇOES LDA.		13.115,65	2.838,44	2.059,31			12.336,52
420		FRANCISCO SANTOS CEIFAO		744,79					744,79
1302		CONSEQUI - Construções, S.A.		361,31					361,31
1313		ALFREDO AUGUSTO BERNARDO		2.055,86					2.055,86
1354		EDUARDO LOPES CONSTRUÇOES, LDA.		6.944,25					6.944,25
1584		HORTO PROGRESSO DE MEDA, LDA		1.004,06					1.004,06
1597		ANTERO ALVES PAIVA, SOCIEDADE CONSTRUÇOES LDA.		8.219,25	3.004,00				5.215,25
1598		A. R. L. ANTONIO RODRIGUES LERO - CONSTRUÇOES, S. A		7.127,19					7.127,19
1623		ANTONIO SARAIVA & FILHOS, LDA.		16.151,84					16.151,84
1964		CONSTRUÇOES VIDEIRA & FILHOS, LDA		5.100,01					5.100,01
2014		MANUEL VIEIRA & IRMAOS, LDA		4.097,97	2.150,86				1.947,11
2053		EQUIPV ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.		10.825,52					10.825,52
2054		BIOSFERA CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, LDA.		12.103,59					12.103,59
2118		LOFTSPACE PROJECTOS, LDA		1.000,00	1.000,00				
2128		LEONEL FILIPE RAMOS PONSECA		786,68					786,68
2207		CIVILCASA II - CONSTRUÇOES LDA		866,09					866,09
2217		SAMUEL AUGUSTO, LDA		2.386,99	895,12				1.491,87
2220		ANTONIO PAULO SANTOS REIS		671,46		703,70			1.375,16
A TRANSPORTAR ...				209.787,15	527.389,04	532.827,58			215.225,69



ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOUREARIA				DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.FOZ COA		Período: 2016/01/01 a 2016/12/31				2017/03/23	2016	2
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
TRANSPORTE ...				209.787,15	527.389,04	532.827,58		215.225,69
	2251	ESCALA UNICA - CONSTRUÇÕES & IMOBILIARIA UNIPESSOAL LDA.,		3.526,55				3.526,55
	2262	EDIBEIRAS- EDIFÍCIO DE OBRAS PÚBLICAS DAS BEIRAS, LDA		38.086,68		1.563,24		39.649,92
	2293	MARIA DO CEU CARRINHO		174,63				174,63
	2296	ELECTROJARM, LDA		739,04				739,04
	2500	Ana pina Santos Unipessoal, lda		2.869,55		186,28		3.055,83
	2511	LUSOCOL - SOCIEDADE LUSA DE CONSTRUÇÕES, LDA		5.424,16				5.424,16
	2554	MAXIMIANO & PIRES, LDA		2.164,85				2.164,85
	2635	EUROTÊNIS-EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, LDA		730,75				730,75
26.3		Sindicatos			1.929,81	1.929,81		
26.3.1		STAL			1.215,09	1.215,09		
26.3.6		SINDICATO TRABALHADORES FUNÇÃO PUBLICA DO CENTRO			599,40	599,40		
26.3.7		STAE ZONA CENTRO			115,32	115,32		
26.8		Devedores e credores diversos	10.361,69	40.738,49	40.738,49	40.738,49	10.361,69	
26.8.5		DEVEDORES E CREDORES DE OPERAÇÕES NAO ORÇAMENTAIS			40.738,49	40.738,49		
26.8.5.9		OUTROS			40.738,49	40.738,49		
26.8.5.9.2		ATAM			114,12	114,12		
26.8.5.9.5		CENTRO DE APOIO SOCIAL			25.328,02	25.328,02		
26.8.5.9.6		COFRE DE PREV. FUNCIONARIOS E AGENTES DO ESTADO			20,30	20,30		
26.8.5.9.7		CAS - COMBUSTÍVEL			7.369,81	7.369,81		
26.8.5.9.9		OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOUREARIA			7.906,24	7.906,24		
26.8.5.9.9.3		DESCONTO SOBRE VENCIMENTO - PENSAO DE ALIMENTOS			1.440,00	1.440,00		
26.8.5.9.9.6		PENHORA DE CRÉDITOS - TERCEIROS			6.466,24	6.466,24		
26.8.9		Credores Diversos	10.361,69				10.361,69	
26.8.9.9		OUTROS CREDORES DIVERSOS	10.361,69				10.361,69	
26.8.9.9.2		I.E.F.P	8.314,17				8.314,17	
26.8.9.9.7		C.N.E.F.F	2.047,52				2.047,52	
TOTAL ...				220.148,84	570.057,34	575.495,88		225.587,38

Quadro 16 – Operações de Tesouraria

Este mapa descreve toda a receita cobrada para terceiros, incluindo cauções de fornecedores de imobilizado e cauções de clientes e utentes.



3 – ANÁLISE PATRIMONIAL

**3.1. – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS OCORRIDAS EM 2016			
Activo Imobilizado			
Bens de dominio publico	-140.160,67		
Imobilizações corporeas	-609.750,39		
Imobilizado incorporeo	507,36		
Investimento financeiro	0,00		
		-749.403,70	
Circulante			
Dividas de terceiros de curto prazo		-532.732,57	
Depositos em instituições financeiras e caixa			
Caixa e Depositos à ordem	1.011.047,78		
	0,00	1.011.047,78	
Acrescimos e diferimentos	-55.279,80	-55.279,80	
Variação patrimonial total do activo			-326.368,29
FUNDOS PROPRIOS			
Patrimonio Reservas e Resultados transitados	710.635,56		
Variação de Resultados	-86.501,44	624.134,12	
PASSIVO			
Emprestimos bancarios de M/L prazo		-366.478,80	
Dividas a terceiros de curto prazo		-184.326,12	
Variação total do passivo		-550.804,92	
Acrescimos e diferimentos			
Acresimos e diferimentos		-399.697,49	
Variação patrimonial total dos fundos proprios e do Passivo			-326.368,29

Quadro 17 – Variações Patrimoniais



3.2 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Durante o ano de 2016, não foi contratado nenhum novo empréstimo bancário.

3.3- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Através de um indicador de gestão financeira apropriado à análise do balanço e da demonstração de resultados, é possível fazer uma síntese em termos percentuais da situação Económico-Financeira do Município de 2007 a 2016.

Rácios de solvabilidade e autonomia	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Autonomia financeira	95%	94%	93%	90%	88%	85%	86%	84%	88%	75%
Cobertura do imobilizado	100%	99%	99%	98%	97%	95%	94%	93%	96%	95%
Solvabilidade	1919%	1571%	1276%	946%	731%	561%	618%	512%	758%	218%

Quadro 18 – Rácios de Gestão Financeira

Em termos de situação patrimonial o rácio da Autonomia Financeira, indica-nos qual o peso que os fundos próprios têm no financiamento do Ativo. Em 31 de Dezembro de 2016, o Município financiava os Ativos de que dispunha com 95% de recursos próprios.

A sua dependência de capitais externos era reduzida (5%).

O rácio de Cobertura do Imobilizado representa 100% no ano de 2016.

Isto é, **todo o ativo imobilizado era financiado por capitais permanentes, denotando um equilíbrio financeiro seguro.**

O rácio de Solvabilidade, indica-nos que o Município apresenta uma boa capacidade em solver os seus compromissos, verificando-se que em 2016, os Fundos Próprios cobrem as obrigações do Município em 1919%.

Nos primeiros anos em análise, a capacidade do Município em fazer face aos seus compromissos, não sofreu grandes variações. No ano de 2008, esta capacidade alterou-se devido ao facto de se ter iniciado o arrolamento e inventariação dos bens



patrimoniais, e respetiva valorização, pelo que com a redução do nível de endividamento bancário, bem como de fornecedores, a solvabilidade do município é expressiva.

Os rácios de liquidez abaixo, mais não fazem do que confirmarem o que relatamos.

Rácios de Liquidez	
Liquidez geral	116,3%
Liquidez reduzida	116,3%
Liquidez imediata	101%

O comportamento ao nível do desempenho económico foi o seguinte:

Rácios económicos	
Variação nos custos	-1%
Variação nos proveitos	-2,2%
Variação nos resultados operacionais	925%
Variação nos Proveitos próprios	-8%

Quadro 19 – Resumo dos Rácios

Apesar da variação dos proveitos ter sido maior que a dos custos, houve ganhos ao nível operacional.



Gráfico 7 - Estrutura de Resultados

Da leitura do gráfico 7 - Estrutura de Resultados, podemos referir que os resultados operacionais têm um valor de 332.138,55€, tendo aumento significativamente o saldo positivo em relação ao ano de 2015 (32.392,26€).



Em relação aos resultados financeiros, apresenta um saldo negativo de 12.438,27€, inferior ao ano de 2015 (-27.971,96€). Este facto verifica-se devido aos juros de depósitos à ordem, aos rendimentos de imóveis e outros edifícios, registarem valores pouco significativos e insuficientes, para cobrirem os custos financeiros, que se devem fundamentalmente a juros suportados com os empréstimos contraídos, com a dívida à AMDS e ATMAD. É de salientar que o esforço em custos financeiros tem vindo a diminuir, devido à baixa das taxas de juro, mas também ao esforço de redução do endividamento.

Quanto ao resultado líquido, importa relatar que se verifica uma pequena descida, que se deve sobretudo às transferências de subsídios ao investimento recebidos terem diminuído significativamente, pelo que no ano anterior obteve-se um Resultado Líquido positivo de 963.505,87€, e no ano em análise obteve-se um resultado positivo de 877.004,43€.

De verificar ainda que o esforço deste executivo para a redução de custos que superou a natural redução de proveitos.

3.4 - PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2016

O resultado líquido do Município neste exercício ascende a 877.004,43 €.

Nos termos dos pontos 2.7.3.2, 2.7.3.3, 2.7.3.4 e 2.7.3.5 do POCAL, propõe-se a aplicação do resultado líquido que consta da conta 88 do ano 2016 da seguinte forma:

- a) 5%, do resultado líquido do exercício para as Reservas Legais – Conta 571;
- b) 66,17%, para reforço da conta 51 – Património;
- c) 28,83%, para Resultados Transitados – Conta 59.

Ficando assim discriminada a aplicação dos Resultados Líquidos do ano 2016:



Descrição	Euros
Resultados transitados	252.870,31
Património	580.283,90
Reserva legal	43.850,22
Total	877.004,43

Período subsequente:

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações relevantes, que existissem à data de balanço, e que obrigassem a efetuar ajustamentos nas presentes demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Estou convicto que:

- O Relatório de Gestão proporciona uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício de 2016, espelhando a utilização dos meios afetos à persecução das atividades da Autarquia;
- Após a análise da presente Prestação de Contas, conclui-se que a utilização e o acompanhamento das verbas, decorreu de forma positiva e conforme os trâmites legais;
- Assim apresentada, a Conta de Gerência permite uma análise pormenorizada da atividade Municipal, explicando a situação económica relativa ao exercício em questão.

Os números estão corretos e a mesma deverá merecer a vossa aprovação.

Vila Nova de Foz Côa, 07 de Abril de 2017

O Presidente da Câmara,

Eng. Gustavo de Sousa Duarte



4 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



4.1- BALANÇO

BALANÇO

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2016/01/01 a 2016/12/31

ANO 2016

PAG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	320.189,72		320.189,72	320.189,72
452	Edifícios	23.600,00	2.043,53	21.556,47	21.712,77
453	Outras construções e infra-estruturas	4.811.075,78	1.299.446,82	3.511.628,96	3.648.752,71
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	85.310,32	7.820,06	77.490,26	78.556,63
459	Outros bens de domínio público	25.791,36		25.791,36	25.791,36
445	Imobilizações em curso	170.759,61		170.759,61	172.573,86
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		5.436.726,79	1.309.310,41	4.127.416,38	4.267.577,05
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	72.727,97	72.727,97		
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	105.675,45	14.960,36	90.715,09	90.207,73
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		178.403,42	87.688,33	90.715,09	90.207,73
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	1.464.349,17		1.464.349,17	1.397.894,71
422	Edifícios e outras construções	44.630.628,42	10.553.149,10	34.077.479,32	34.167.702,59
423	Equipamento básico	518.201,72	396.407,54	121.794,18	167.066,66
424	Equipamento de transporte	1.533.633,57	1.259.832,35	273.801,22	198.612,02
425	Ferramentas e utensílios	66.286,78	50.215,92	16.070,86	16.248,10
426	Equipamento administrativo	865.923,32	798.633,41	67.289,91	86.259,43
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	588.417,44	368.371,67	220.045,77	214.431,17
442	Imobilizações em curso	3.829.254,12		3.829.254,12	4.431.620,26
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		53.496.694,54	13.426.609,99	40.070.084,55	40.679.834,94
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.517.970,30		1.517.970,30	1.517.970,30
412	Obrigações e títulos de participação	3.418.975,16		3.418.975,16	3.418.975,16
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		4.936.945,46		4.936.945,46	4.936.945,46
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				



BALANÇO

ANO 2016

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2016/01/01 a 2016/12/31

PAG. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	2.920,00		2.920,00	2.920,00
212	Contribuintes c/c	7.576,54		7.576,54	7.576,54
213	Utentes c/c	50.494,33		50.494,33	47.780,16
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	16.329,98	16.329,98		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	58.498,40		58.498,40	79.511,01
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	13.075,23		13.075,23	527.509,36
		148.894,48	16.329,98	132.564,50	665.297,07
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.405.095,75		1.405.095,75	394.036,79
11	Caixa	2.303,82		2.303,82	2.315,00
		1.407.399,57		1.407.399,57	396.351,79
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	55.145,73		55.145,73	112.495,20
272	Custos diferidos	27.769,47		27.769,47	25.699,80
		82.915,20		82.915,20	138.195,00
	Total de amortizações		14.823.608,73		
	Total de provisões.....		16.329,98		
	Total do activo	65.687.979,46	14.839.938,71	50.848.040,75	51.174.409,04



BALANÇO

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2016/01/01 a 2016/12/31

ANO 2016

PAG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
55	Património	29.862.003,49	28.946.672,91
56	Ajustamento de partes de capital em empresas		
	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.610.255,60	1.562.080,31
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	-252.870,31	
88	Resultado líquido em exercício	877.004,43	963.505,87
		32.096.393,21	31.472.259,09
292	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
2312	Empréstimos a M/L Prazo	849.956,86	1.036.148,70
222	Fornecedores de Factoring		
		849.956,86	1.036.148,70
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887+268	Credores diversos - contratos futuros	293.806,58	453.439,57
		293.806,58	453.439,57
2311	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
269	Empréstimos de curto prazo	209.101,47	317.274,69
221	Adiantamentos por conta de vendas		
228	Fornecedores c/c	61.962,12	233.863,94
252	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	68.106,50	57.549,81
219	Credores pela execução do orçamento		
2611	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
24	Fornecedores de imobilizado c/c	140.000,00	
264	Estado e outros entes públicos	35.612,87	34.791,68
262+263+267+268	Administração autárquica		
222+2612+262	Outros credores	80.932,44	80.932,44
	Garantias e Cauções	189.974,51	266.257,44
		785.689,91	990.670,00
273	Acréscimos e diferimentos:		
	Acréscimos de custos	588.901,38	581.548,28



BALANÇO

ENTIDADE		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA		2016/01/01 a 2016/12/31		ANO 2016	
						PAG. 4	
CÓDIGO DAS CONTAS		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS		N	N - 1	
274	Proveitos diferidos		16.233.292,81	16.640.343,40			
			16.822.194,19	17.221.891,68			
	Total do passivo		18.751.647,54	19.702.149,95			
	Total dos fundos próprios e do passivo		50.848.040,75	51.174.409,04			

Quadro 20 – Balanço



4.2. – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA - MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA 2016/01/01 a 2016/12/31 ANO 2016
PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	470.842,00	470.842,00	561.945,54	561.945,54
	Matérias		2.943.938,08		2.963.855,08
62	Fornecimentos e serviços externos:				
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	2.221.018,83	2.124.936,03	2.124.936,03	2.124.936,03
643 a 648	Encargos sociais	667.196,55	649.950,14	649.950,14	2.774.886,17
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		709.571,00		627.208,17
66	Amortizações do exercício		1.401.275,77		1.773.546,08
67	Provisões do exercício		5.701,01		
65	Outros custos operacionais		1.710,15		1.500,00
	(A)		8.421.253,39		8.702.941,04
68	Custos e perdas financeiros		12.438,27		27.973,77
	(C)		8.433.691,66		8.730.914,81
69	Custos e perdas extraordinários		398.748,75		228.669,90
	(E)		8.832.440,41		8.959.584,71
88	Resultado líquido do exercício.....		877.004,43		963.505,87
	(X)		9.709.444,84		9.923.090,58
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Venda de produtos	275.675,61		412.227,56	
	(B)				
712	Prestações de serviços	999.219,06	1.274.894,67	799.220,65	1.211.448,21
	()		1.274.894,67		1.211.448,21
72	Impostos e taxas		846.157,88		936.131,55
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos		6.632.339,39		6.587.753,54
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		8.753.391,94		8.735.333,30
78	Proveitos e ganhos financeiros				1,81
	(D)		8.753.391,94		8.735.335,11
79	Proveitos extraordinários		956.052,90		1.187.755,47
	(F)		9.709.444,84		9.923.090,58
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		332.138,55		32.392,26
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-12.438,27		-27.971,96
	Resultados Correntes: (D - C)		319.700,28		4.420,30
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		877.004,43		963.505,87

Quadro 21 – Demonstrações de Resultados



5 – MAPAS RESUMO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL



5.1. – CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA - MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA ANO 2016
PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO - 2016/12/31 PAG 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO PERÍODO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR	GRÁU EXEC. FINANC. DAS REC. (12)a
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
	RECEITAS CORRENTES	9.222.809,00	65.273,86	508.788.874,14	500102929,7	8.677.500,14			8.677.500,14	73.718,14	94.1
01	IMPOSTOS DIRECTOS	869.203,00		799.656,99		799.656,99			799.656,99		92.0
0102	OUTROS	869.203,00		799.656,99		799.656,99			799.656,99		92.0
010202	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	591.400,00		540.973,43		540.973,43			540.973,43		91.5
010203	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	124.500,00		126.103,71		126.103,71			126.103,71		101.3
010204	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSAÇÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	153.300,00		132.579,85		132.579,85			132.579,85		86.5
010207	IMPOSTOS ABOLIDOS	2,00									
01020701	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	1,00									
01020702	IMPOSTO MUNICIPAL DE GISA	1,00									
010299	IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	1,00									
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	2.004,00		2.460,13		2.460,13			2.460,13		122.8
0202	OUTROS	2.004,00		2.460,13		2.460,13			2.460,13		122.8
020206	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	2.004,00		2.460,13		2.460,13			2.460,13		122.8
02020601	MERCADOS E FEIRAS	600,00		495,00		495,00			495,00		82.5
02020602	LOTEAMENTOS E OBRAS	1.200,00		1.685,04		1.685,04			1.685,04		140.4
02020603	Ocupação da via pública	200,00		273,84		273,84			273,84		136.9
02020605	PUBLICIDADE	1,00									
02020606	SANEAMENTO	1,00									
02020607	UTILIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL	1,00									
02020699	OUTROS	1,00		6,25		6,25			6,25		625.0
0202069999	OUTROS	1,00		6,25		6,25			6,25		625.0
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	53.901,00	7.576,54	500.138.983,12	500097302,7	41.680,38			41.680,38	7.576,54	77.3
0401	TAXAS	33.801,00		500.126.383,01	500097302,7	29.080,27			29.080,27		86.0
040123	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	33.801,00		500.126.383,01	500097302,7	29.080,27			29.080,27		86.0
04012301	MERCADOS E FEIRAS	15.100,00		15.651,10		15.651,10			15.651,10		103.6
04012302	LOTEAMENTOS E OBRAS	11.100,00		500.104.213,90	500097302,7	6.911,16			6.911,16		62.3
04012303	Ocupação da via pública	4.200,00		3.504,88		3.504,88			3.504,88		83.4
04012305	CACA, USO E PORTE DE ARMA	300,00									
04012306	SANEAMENTO	1,00									
04012399	OUTRAS - OUTRAS	3.100,00		3.013,13		3.013,13			3.013,13		97.2
0401239999	OUTRAS-OUTRAS	3.100,00		3.013,13		3.013,13			3.013,13		97.2
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	20.100,00	7.576,54	12.600,11		12.600,11			12.600,11	7.576,54	62.7
040201	JUROS DE MORA	16.700,00		3.733,39		3.733,39			3.733,39		22.4
040202	JUROS COMPENSATÓRIOS	700,00		609,04		609,04			609,04		87.0
040204	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	400,00		5.203,12		5.203,12			5.203,12		1300.8
040299	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	2.300,00	7.576,54	3.054,56		3.054,56			3.054,56	7.576,54	132.8
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	288.108,00		9.310,00		9.135,00			9.135,00	175,00	3.2
0502	JUROS - SOCIEDADES	101,00									
050201	FINANCEIRAS										
050201	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	100,00									
050202	FINANCEIRAS										
050202	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	1,00									
0507	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADE	3,00									



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO PERÍODO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR	GRÁU EXEC. FINANC. DAS REC. (12)a
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
050702	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	1,00									
050703	EMPRESAS PRIVADAS	1,00									
050799	OUTRAS	1,00									
0510	RENTAS	288.004,00		9.310,00		9.135,00			9.135,00	175,00	3.2
051001	TERRENOS	1,00									
051003	HABITAÇÕES	1,00									
051004	EDIFÍCIOS	1,00									
051005	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	288.000,00		9.310,00		9.135,00			9.135,00	175,00	3.2
051099	OUTROS	1,00									
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.373.061,00		6.090.751,99		6.090.751,99			6.090.751,99		95.6
0601	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	4,00									
060101	PÚBLICAS	3,00									
06010101	EMPRESAS PÚBLICAS	1,00									
06010102	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	1,00									
06010199	OUTRAS	1,00									
060102	PRIVADAS	1,00									
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6.360.156,00		6.068.511,01		6.068.511,01			6.068.511,01		95.4
060301	ESTADO	6.190.155,00		6.068.386,01		6.068.386,01			6.068.386,01		98.0
06030101	FEF - FUNDO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	4.964.138,00		5.022.467,00		5.022.467,00			5.022.467,00		101.2
06030102	FSM - FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	143.801,00		143.801,00		143.801,00			143.801,00		100.0
06030103	PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS	171.615,00		178.369,00		178.369,00			178.369,00		103.9
06030199	OUTRAS	910.600,00		723.749,01		723.749,01			723.749,01		79.5
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	170.000,00		125,00		125,00			125,00		0.1
060307	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	1,00									
0606	SEGURANÇA SOCIAL	12.901,00		22.240,98		22.240,98			22.240,98		172.4
060601	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	12.900,00		22.240,98		22.240,98			22.240,98		172.4
060604	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	1,00									
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.358.813,00	56.649,72	1.408.477,89	5.626,98	1.394.610,73			1.394.610,73	64.889,90	102.6
0701	VENDA DE BENS	366.806,00	31.876,22	294.749,22	1.747,38	299.551,92			299.551,92	25.326,14	81.7
070101	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1,00									
070102	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1,00									
070103	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	300,00		117,50		117,50			117,50		39.2
070104	FARMAMENTOS E ARTIGOS PESSOAIS	1,00									
070105	BENS INUTILIZADOS	700,00									
070108	MERCADORIAS	353.001,00	31.876,22	287.648,07	1.747,38	292.450,77			292.450,77	25.326,14	82.8
07010801	ÁGUA	353.000,00	31.876,22	287.648,07	1.747,38	292.450,77			292.450,77	25.326,14	82.8
07010802	OUTROS	1,00									
070109	MATÉRIAS DE CONSUMO	1,00									
070111	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	12.800,00		6.983,65		6.983,65			6.983,65		54.6
07011101	ÁGUA	4.000,00									
07011102	VENDA DE ELECTRICIDADE	8.800,00		6.983,65		6.983,65			6.983,65		79.4
070199	OUTROS	1,00									
0702	SERVIÇOS	480.305,00	24.773,50	509.305,19	3.879,60	490.635,33			490.635,33	39.563,76	102.2
070201	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	178.500,00	19.120,44	193.366,12	36,63	191.174,99			191.174,99	21.275,14	107.1
070203	VISTORIAS E ENSAIOS	600,00									
070206	REPARAÇÕES	1,00									
070208	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORT	44.501,00		52.497,85	967,56	51.441,19			51.441,19	89,10	115.6



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO PERÍODO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR	GRÁU EXEC. FINAN. DAS REC.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 - 7-9)	(11-4+5-6-7)	(12)a
07020801	SERVIÇOS SOCIAIS	1,00									
07020802	SERVIÇOS RECREATIVOS	1.700,00		2.977,55	802,56	2.174,99			2.174,99		127.9
07020803	SERVIÇOS CULTURAIS	10.300,00		10.662,30	165,00	10.408,20			10.408,20	89,10	101.1
07020804	SERVIÇOS DESPORTIVOS	32.500,00		38.858,00		38.858,00			38.858,00		119.6
070209	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	125.203,00	1.885,36	160.398,42	300,41	146.863,85			146.863,85	15.119,52	117.3
07020901	SANEAMENTO	1,00									
07020902	RESÍDUOS SÓLIDOS	101.000,00	708,90	135.654,90	18,70	122.139,90			122.139,90	14.205,20	120.9
07020903	TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	5.000,00	1.175,38	3.811,02	281,71	3.791,45			3.791,45	913,24	75.8
07020904	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	1.300,00		1.418,09		1.418,09			1.418,09		109.1
07020905	CEMITÉRIOS	12.500,00		15.953,75		15.953,75			15.953,75		127.6
07020906	MERCADOS E FEIRAS	1.700,00		1.137,50		1.137,50			1.137,50		66.9
07020907	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	1,00									
07020908	PARQUES DE CAMPISMO	1,00									
07020999	OUTROS	3.700,00	1,08	2.423,16		2.423,16			2.423,16	1,08	65.5
070299	OUTROS	131.500,00	3.767,50	103.042,80	2.575,00	101.155,30			101.155,30	3.080,00	76.9
0703	RENDAS	511.702,00		604.423,48		604.423,48			604.423,48		118.1
070301	HABITAÇÕES	1,00									
070302	EDIFÍCIOS	1,00									
070399	OUTRAS	511.700,00		604.423,48		604.423,48			604.423,48		118.1
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	277.719,00	1.047,60	339.234,02		339.204,92			339.204,92	1.076,70	122.1
0801	OUTRAS	277.719,00	1.047,60	339.234,02		339.204,92			339.204,92	1.076,70	122.1
080199	OUTRAS	277.719,00	1.047,60	339.234,02		339.204,92			339.204,92	1.076,70	122.1
08019901	INDENIZAÇÕES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS PATRIMONIAIS	75,00									
08019902	INDENIZAÇÕES POR ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTREM EM VIATURAS OU EM QUAISQUER OUTROS EQUIPAMENTOS PERTENCENTES ÀS AUTARQUIAS LOCAIS	3.644,00									
08019903	IVA REEMBOLSADO	133.500,00		250.000,00		250.000,00			250.000,00		187.3
08019999	DIVERSAS	140.500,00	1.047,60	89.234,02		89.204,92			89.204,92	1.076,70	63.5
	RECEITAS DE CAPITAL	1.153.566,00		866.249,07		866.249,07			866.249,07		75.1
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	71.018,00									
0901	TERRENOS	71.007,00									
090101	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1,00									
090102	SOCIEDADES FINANCEIRAS	1,00									
090103	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO	1,00									
090104	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- SERVIÇOS AUTÓNOMOS FUNDOS	1,00									
090106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENT	1,00									
090108	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- SEGURANÇA SOCIAL	1,00									
090109	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1,00									
090110	FAMÍLIAS	71.000,00									
0903	EDIFÍCIOS	8,00									



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO PERÍODO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LÍQUIDA (10 - 7-9)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
090301	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	1,00							
090302	SOCIEDADES FINANCEIRAS	1,00							
090303	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO	1,00							
090304	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	1,00							
090306	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	1,00							
090308	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- SEGURANÇA SOCIAL	1,00							
090309	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1,00							
090310	FAMÍLIAS	1,00							
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	3,00							
090401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	3,00							
09040101	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	1,00							
09040102	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	1,00							
09040199	OUTROS	1,00							
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.082.545,00		866.249,07		866.249,07			866.249,0
1001	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	504.414,00							
100101	PÚBLICAS	500.002,00							
10010101	EMPRESAS PÚBLICAS	1,00							
10010102	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	500.000,00							
10010199	OUTRAS	1,00							
100102	PRIVADAS	4.412,00							
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	578.131,00		866.249,07		866.249,07			866.249,0
100301	ESTADO	551.573,00		569.052,00		569.052,00			569.052,0
10030101	FEF - FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	551.571,00		558.052,00		558.052,00			558.052,0
10030104	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	1,00							
10030199	OUTRAS	1,00		11.000,00		11.000,00			11.000,0
1003019903	OUTRAS	1,00		11.000,00		11.000,00			11.000,0
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	26.557,00		297.197,07		297.197,07			297.197,0
100308	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	1,00							
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00							
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	1,00							
120604	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOS	1,00							
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00							
1301	OUTRAS	2,00							
130101	INDEMNIZAÇÕES	1,00							
130199	OUTRAS	1,00							
15	OUTRAS RECEITAS REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	176.232,95 30,00	7.809,35 7.809,35	176.203,22 0,27		176.203,22 0,27			176.203,2 0,2



CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS (3)	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO PERÍODO (4)	RECEITAS LIQUIDADAS (5)	LIQUIDAÇÕES ANULADAS (6)	RECEITAS COBRADAS BRUTAS (7)	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA (10 - 7-9)	RECEITAS POR COBRAR (11-4+5-6-7)	GRÁU EXEC. FINAN. DAS REC. (12) a
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)						EMITIDOS (8)	PAGOS (9)			
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	30,00	7.809,35	0,27		0,27			0,27	7.809,35	0.9
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	30,00	7.809,35	0,27		0,27			0,27	7.809,35	0.9
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	176.202,95		176.202,95		176.202,95			176.202,95		100.0
1601	SALDO ORÇAMENTAL	176.202,95		176.202,95		176.202,95			176.202,95		100.0
160101	NA POSSE DO SERVIÇO	176.202,95		176.202,95		176.202,95			176.202,95		100.0
TOTAL		10.552.607,95	73.083,21	509.831.326,43	500102929,7	9.719.952,43			9.719.952,43	81.527,49	92.1

Quadro 22 – Mapa de controlo Orçamental da Receita



5.2. – CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ANEXO DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA – POR PERÍODO

ENTIDADE: M.V.N.FOZ COA - MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA ANO: 2016
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2016/12/31 Pág. 1

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GAB. DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
ECONÓMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)	CONGREGADAS (3)	EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)	(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 - 3 - 4)	SALDO (9 - 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 - 4 - 7)	(11a)
	DESPESAS CORRENTES	8.303.700,00	7.782.182,56	816.758,87	8.598.941,43	7.445.571,61	521.517,44	858.128,39	336.610,95	89,67
01	DESPESAS COM O PESSOAL	2.964.570,00	2.869.093,65		2.869.093,65	2.868.752,80	95.476,35	95.817,20	340,85	96,77
0101	REMUNERAÇÕES FIXAS E PERMANENTES	2.239.500,00	2.200.709,79		2.200.709,79	2.200.700,07	38.799,93	38.799,93	9,72	98,27
010101	TITULARES DE ÓRGÃO DE SEGURANÇA E MEMBROS DE ÓRGÃO AUTÁRQUICO	90.000,00	88.330,92		88.330,92	88.330,92	1.669,08	1.669,08		98,15
010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL	1.538.500,00	1.522.676,87		1.522.676,87	1.522.676,87	15.823,13	15.823,13		98,97
01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES	1.538.500,00	1.518.668,17		1.518.668,17	1.518.668,17	9.330,83	9.330,83		99,39
01010404	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	10.500,00	4.007,70		4.007,70	4.007,70	6.492,30	6.492,30		38,17
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES	500,00					500,00	500,00		
01010604	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	500,00					500,00	500,00		
010108	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	2.250,00	660,34		660,34	660,34	1.589,66	1.589,66		29,35
010109	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	94.000,00	84.732,59		84.732,59	84.732,59	9.267,41	9.267,41		90,14
010111	REPRESENTAÇÃO	29.750,00	29.725,36		29.725,36	29.715,64	24,64	34,36	9,72	99,88
010113	SUBSÍDIO DE REFRESCÃO	167.000,00	165.048,31		165.048,31	165.048,31	1.951,69	1.951,69		98,83
010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL	290.000,00	283.901,73		283.901,73	283.901,73	6.098,27	6.098,27		97,90
010115	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	27.000,00	25.633,67		25.633,67	25.633,67	1.366,33	1.366,33		94,94
0102	ALUGUEIS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	46.000,00	33.868,28		33.868,28	33.868,28	12.131,72	12.131,72		73,63
010202	IMPOSTOS EXTRAORDINÁRIOS	16.500,00	12.676,43		12.676,43	12.676,43	3.823,57	3.823,57		76,83
010204	ALUGUEIS DE CUSTO	6.000,00	2.838,40		2.838,40	2.838,40	3.161,60	3.161,60		47,31
010205	ALUGUEIS PARA ALUGUEIS	4.000,00	2.875,68		2.875,68	2.875,68	1.124,32	1.124,32		71,89
010212	INDENIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	500,00					500,00	500,00		
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	19.000,00	15.478,77		15.478,77	15.478,77	3.521,23	3.521,23		81,47
01021302	OUTROS	19.000,00	15.478,77		15.478,77	15.478,77	3.521,23	3.521,23		81,47
0103	SEGURANÇA SOCIAL	679.070,00	634.514,58		634.514,58	634.183,45	44.555,42	44.886,55	331,13	93,39
010301	ENCARGOS COM A SAÚDE	93.200,00	86.981,16		86.981,16	86.981,16	6.218,84	6.218,84	331,13	92,97
010302	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE	63.970,00	49.520,48		49.520,48	49.520,48	14.449,52	14.449,52		77,41
010303	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	11.000,00	9.368,99		9.368,99	9.368,99	1.631,01	1.631,01		85,17
010304	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	500,00					500,00	500,00		
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	503.200,00	484.194,31		484.194,31	484.194,31	19.005,69	19.005,69		96,22
01030501	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	5.000,00	230,00		230,00	230,00	4.770,00	4.770,00		4,60
01030502	SEGURANÇA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	478.200,00	458.281,07		458.281,07	458.281,07	13.418,93	13.418,93		97,16
0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	335.000,00	324.921,09		324.921,09	324.921,09	10.078,91	10.078,91		96,99
0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	136.700,00	133.359,98		133.359,98	133.359,98	3.340,02	3.340,02		97,56
01030503	OUTRAS	26.500,00	25.683,24		25.683,24	25.683,24	816,76	816,76		96,92
010306	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFissionais	2.500,00	702,39		702,39	702,39	1.797,61	1.797,61		28,10
010308	OUTRAS PENSÕES	100,00					100,00	100,00		
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	4.600,00	3.747,25		3.747,25	3.747,25	852,75	852,75		81,46
01031001	EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO	4.500,00	3.747,25		3.747,25	3.747,25	752,75	752,75		83,27
01031009	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	100,00					100,00	100,00		
02	ADQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.822.400,00	3.518.307,54	734.143,73	4.252.451,27	3.225.280,39	304.072,46	597.198,61	293.127,15	84,38
0201	ADQUISIÇÃO DE BENS	1.207.350,00	1.195.382,57	428.496,96	1.623.879,53	1.054.957,98	101.947,43	152.382,02	50.424,58	67,38
020102	CONSUMÍVEIS E DESPESAS	156.900,00	137.137,65	262.900,00	400.037,65	105.625,83	19.762,35	51.274,97	31.512,62	67,32
02010201	GASOLINA	17.000,00	13.302,82		13.302,82	10.548,75	3.697,08	6.431,25	2.734,17	62,17
02010202	GASÓLEO	82.400,00	75.661,84	61.500,00	137.161,84	59.273,00	6.738,96	23.127,00	16.388,84	71,93
02010299	OUTROS	57.500,00	48.173,69	201.400,00	249.573,69	35.783,28	9.326,31	21.716,72	12.390,41	62,23
020104	LIMPEZA E HIGIENE	14.500,00	13.251,81		13.251,81	11.164,52	1.248,99	3.335,48	2.086,49	77,00
020105	ALIMENTAÇÃO - REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	77.000,00	70.651,90	20.830,19	91.482,09	69.199,24	6.348,10	7.800,74	1.452,64	89,87
020106	ALIMENTAÇÃO - GÊNEROS PARA CONFECCIONAR	46.000,00	32.180,91	71.503,33	103.684,24	27.527,65	13.819,09	18.472,35	4.653,26	59,84
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	1.500,00	839,32		839,32	839,32	660,68	660,68		55,95
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	25.000,00	22.361,87		22.361,87	22.177,18	2.638,93	2.822,82	183,89	88,71
020109	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	34.000,00	28.839,95	2.153,22	30.993,17	23.289,58	5.160,05	10.710,42	5.550,37	68,50
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	15.000,00	11.581,22		11.581,22	11.417,68	3.418,78	3.582,32	163,54	76,12
020115	PRÊMIOS, CONDIÇÕES E OBRIGATÓRIAS	30.250,00	21.392,70		21.392,70	21.392,70	8.857,30	8.857,30		70,72



ANEXO DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA - POR PERÍODO

ENTIDADE: M.V.N.FOZ COA -

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

PERÍODO: JANEIRO

A DEZEMBRO

- 2016/12/31

ANO: 2016

PÁG. 2

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			CONT. DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
ECONÓMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
020116	MODALIDADES PARA VENDA	645.100,00	616.263,10		616.263,10	616.263,10	28.836,90	28.836,90		95.53
02011601	ÁGUA	645.000,00	616.263,10		616.263,10	616.263,10	28.736,90	28.736,90		95.54
0201160101	ÁGUA - EXERCÍCIOS ANTERIORES	115.000,00	108.530,75		108.530,75	108.530,75	6.469,25	6.469,25		94.37
0201160102	ÁGUA - EXERCÍCIO CORRENTE	530.000,00	507.732,35		507.732,35	507.732,35	22.267,65	22.267,65		95.80
02011603	OUTRAS	100,00					100,00	100,00		
020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	16.500,00	14.730,39		14.730,39	14.426,22	1.769,61	2.073,78	304,17	87.43
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	60,00	136,00		136,00	136,00	464,00	464,00		22.67
020119	ARTIGOS MONOGRÁFICOS E DE OBSERVAÇÃO	500,00	17,00		17,00	17,00	483,00	483,00		3.40
020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	3.500,00	596,00		596,00	596,00	2.904,00	2.904,00		17.03
020221	OUTROS BENS	141.000,00	135.404,35	71.112,22	206.516,57	130.886,74	5.595,65	10.213,26	4.517,61	92.83
0202101	OUTROS BENS - ACESSÓRIOS AGR.	9.500,00	6.766,51		6.766,51	6.766,51	2.733,49	2.733,49		71.23
0202102	OUTROS	131.500,00	128.637,84	71.112,22	199.750,06	124.120,23	2.862,16	7.379,77	4.517,61	94.39
0202	ADQUIÇÃO DE SERVIÇOS	2.615.050,00	2.412.944,97	305.644,77	2.718.589,74	2.170.242,41	202.185,83	444.807,59	242.702,56	82.99
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	774.500,00	745.697,05	75.695,47	821.392,53	633.331,38	28.802,94	141.162,62	112.359,68	81.77
020202	LIMPEZA E HIGIENE	100,00					100,00	100,00		
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	85.000,00	74.522,79		74.522,79	66.025,56	10.477,21	18.974,44	8.497,23	77.68
020204	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	60,00	5.790,78		5.790,78	2.209,22	2.209,22	2.209,22		72.38
020208	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	57.100,00	57.010,59	52.541,00	109.551,59	47.141,19	89,41	9.958,81	9.869,40	82.56
020209	COMUNICAÇÕES	75.000,00	74.095,02	56.805,24	130.900,26	67.822,94	904,99	7.177,04	6.272,05	90.43
020210	TRANSPORTES	284.000,00	265.916,43	45.163,46	311.079,89	216.122,60	18.083,57	67.877,40	49.793,83	76.10
020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	3.500,00	2.246,55		2.246,55	2.246,55	1.253,45	1.253,45		64.19
020212	SEGUROS	51.000,00	52.721,68		52.721,68	52.613,94	4.278,30	4.386,04	107,72	92.31
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1.250,00	200,00		200,00	200,00	1.050,00	1.050,00		16.00
020214	ESTUDOS, PARÂMETROS, PROJECTOS E CONSULTADORIA	117.350,00	30.781,98		30.781,98	7.461,18	86.568,02	109.888,82	23.320,80	6.36
020215	FORMAÇÃO	6.750,00	1.975,15		1.975,15	1.410,65	4.774,85	5.339,35	564,50	28.90
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMULARES	100,00					100,00	100,00		
020217	PUBLICIDADE	33.150,00	32.502,80		32.502,80	32.502,80	647,20	647,20		98.05
020218	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	3.000,00	2.109,82		2.109,82	2.109,82	890,18	890,18		70.33
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	196.500,00	188.657,84	51.664,92	240.322,76	172.404,16	7.842,16	24.095,84	16.253,68	87.74
020224	ENCARGOS DE CORRENÇÃO DE RECURSOS	27.000,00	20.007,14		20.007,14	6.992,86	6.992,86	6.992,86		74.10
020225	OUTROS SERVIÇOS	885.750,00	858.709,34	23.774,68	882.484,02	843.045,68	27.040,66	42.704,32	15.663,66	95.18
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	25.600,00	17.440,66		17.440,66	17.049,39	8.159,34	8.550,61	391,27	66.60
0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	8.000,00	3.503,22		3.503,22	3.503,22	4.496,78	4.496,78		43.79
030103	SOCIEDADES FINANÇEIRAS- BANCOS E OUTROS INST. FIN.	8.000,00	3.503,22		3.503,22	3.503,22	4.496,78	4.496,78		43.79
03010302	IMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	8.000,00	3.503,22		3.503,22	3.503,22	4.496,78	4.496,78		43.79
0302	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	4.500,00	3.609,15		3.609,15	3.217,88	890,85	1.282,12	391,27	71.51
030201	DESPESAS DIVERSAS	4.500,00	3.609,15		3.609,15	3.217,88	890,85	1.282,12	391,27	71.51
0305	OUTROS JUROS	13.000,00	10.328,29		10.328,29	10.328,29	2.671,71	2.671,71		79.45
030502	OUTROS	13.000,00	10.328,29		10.328,29	10.328,29	2.671,71	2.671,71		79.45
0306	OUTROS ENCARGOS FINANÇEIROS	100,00					100,00	100,00		
030601	OUTROS ENCARGOS FINANÇEIROS	100,00					100,00	100,00		
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.407.630,00	1.308.573,58	82.616,14	1.391.189,72	1.245.821,90	99.056,42	141.808,10	42.751,68	89.93
0403	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	53.750,00	51.814,24		51.814,24	47.717,76	1.935,76	6.032,24	4.096,48	88.78
040301	ESTADO	53.750,00	51.814,24		51.814,24	47.717,76	1.935,76	6.032,24	4.096,48	88.78
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	977.200,00	923.373,22	82.616,14	1.005.989,36	886.911,55	53.826,78	90.288,45	36.461,67	90.76
040501	CONTINENTE	977.200,00	923.373,22	82.616,14	1.005.989,36	886.911,55	53.826,78	90.288,45	36.461,67	90.76
04050101	MUNICÍPIOS	100,00					100,00	100,00		
04050102	FREGUESIAS	391.950,00	349.128,25		349.128,25	332.197,60	41.921,75	58.852,40	16.930,65	84.95
04050104	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS	580.950,00	571.744,97	82.616,14	654.361,11	552.213,95	9.105,03	28.636,05	19.531,02	95.07
04050106	REGIÕES DE TURISMO	100,00					100,00	100,00		
04050108	OUTROS	5.100,00	2.500,00		2.500,00	2.500,00	2.600,00	2.600,00		49.02
0405010801	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO	100,00					100,00	100,00		
0405010802	OUTROS	5.000,00	2.500,00		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00		50.00
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	361.680,00	318.721,62		318.721,62	316.528,09	42.958,38	45.151,91	2.193,53	87.52
040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	361.680,00	318.721,62		318.721,62	316.528,09	42.958,38	45.151,91	2.193,53	87.52
0408	FAMÍLIAS	15.000,00	14.664,50		14.664,50	14.664,50	335,50	335,50		97.76
040802	OUTRAS	15.000,00	14.664,50		14.664,50	14.664,50	335,50	335,50		97.76



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2016

PLANO DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA - POR PERÍODO

ENTIDADE: M.V.N.FOZ COA - MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2016/12/31 ANO 2016 PÁG. 3

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GLOBO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11)a
ECONÓMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO comprometida (8 - 3 - 4)	SALDO (9 - 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 - 4 - 7)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 - 3 - 4)	(9 - 3 - 7)	(10 - 4 - 7)	(11)a
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	83.500,00	68.747,13		68.747,13	68.747,13	14.752,87	14.752,87		82,33
0602	OUTRAS	83.500,00	68.747,13		68.747,13	68.747,13	14.752,87	14.752,87		82,33
060203	OUTRAS	83.500,00	68.747,13		68.747,13	68.747,13	14.752,87	14.752,87		82,33
06020301	OUTRAS RESTITUIÇÕES	34.000,00	33.793,35		33.793,35	33.793,35	206,65	206,65		99,39
06020302	IVA PAGO	3.000,00					3.000,00	3.000,00		
06020305	OUTRAS	46.500,00	34.953,78		34.953,78	34.953,78	11.546,22	11.546,22		75,17
	DESPESAS DE CAPITAL	2.248.907,95	1.413.002,98	2.517.331,94	3.930.334,92	1.092.568,63	835.904,97	1.156.339,32	320.434,35	48,58
07	ADQUIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.446.767,95	752.417,81	1.095.688,61	1.848.106,42	583.997,50	694.350,14	862.770,45	168.420,31	40,37
0701	INVESTIMENTOS	1.446.767,95	752.417,81	1.095.688,61	1.848.106,42	583.997,50	694.350,14	862.770,45	168.420,31	40,37
070101	TERREIROS	1.300,00					1.300,00	1.300,00		
070103	EDIFÍCIOS	359.762,95	132.716,66	1.095.688,61	1.228.405,27	48.421,42	227.046,29	311.351,53	84.305,24	13,46
07010301	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	37.430,00	15.270,65		15.270,65	15.270,65	22.159,35	22.159,35		40,80
07010305	ESCOLAS	230,00					230,00	230,00		
07010307	OUTROS	322.102,95	117.446,01	1.095.688,61	1.213.134,62	33.140,77	204.656,94	288.962,18	84.305,24	10,29
070104	CONSERVAÇÕES OBRAS	914.105,00	481.753,61		481.753,61	411.020,82	422.351,39	503.084,18	80.732,79	44,96
07010401	VIADUTOS, ARRABOIMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	624.475,00	361.752,13		361.752,13	323.434,25	262.722,87	301.040,75	38.317,88	51,79
07010402	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	50.300,00	24.149,78		24.149,78	18.973,12	26.150,22	31.326,88	5.176,66	37,72
07010403	ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	9.830,00					9.830,00	9.830,00		
07010404	ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INFRA-ESTRUTURAS	5.100,00	2.186,11		2.186,11	2.011,61	2.913,89	3.088,39	174,50	39,44
07010405	PARQUES E JARDINS	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
07010406	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	58.000,00	31.200,69		31.200,69	18.150,68	13.486,26	19.349,32	5.863,06	48,40
07010407	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	37.500,00	24.013,74		24.013,74	18.150,68	13.486,26	19.349,32	5.863,06	48,40
07010409	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO	20.000,00	467,40		467,40	467,40	19.532,60	19.532,60		2,34
07010412	CEMITÉRIOS	3.000,00					3.000,00	3.000,00		
07010413	OUTROS	103.900,00	47.983,76		47.983,76	47.983,76	55.916,24	55.916,24		46,18
070106	MATERIAL DE TRANSPORTES	43.900,00	42.222,28		42.222,28	38.850,00	1.677,72	5.050,00	3.372,28	88,50
07010602	OUTROS	43.900,00	42.222,28		42.222,28	38.850,00	1.677,72	5.050,00	3.372,28	88,50
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	24.500,00	19.483,08		19.483,08	19.473,08	5.016,92	5.016,92		79,48
070108	SOFTWARE INFORMÁTICO	14.000,00	6.632,70		6.632,70	6.632,70	7.367,30	7.367,30		47,38
070109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	44.600,00	40.350,95		40.350,95	40.350,95	4.249,05	4.249,05		90,47
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO	33.500,00	12.876,01		12.876,01	12.876,01	20.623,99	20.623,99		38,44
07011002	OUTROS	33.500,00	12.876,01		12.876,01	12.876,01	20.623,99	20.623,99		38,44
070111	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	4.500,00	4.148,00		4.148,00	4.148,00	352,00	352,00		92,18
070112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	1.600,00	1.590,00		1.590,00	1.590,00	10,00	10,00		99,38
070115	OUTROS INVESTIMENTOS	5.000,00	644,52		644,52	644,52	4.355,48	4.355,48		12,89
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	423.840,00	297.932,11		297.932,11	145.908,07	125.907,89	277.921,93	152.014,04	34,43
0801	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	100,00					100,00	100,00		
080101	PÚBLICAS	100,00					100,00	100,00		
08010101	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	100,00					100,00	100,00		
0803	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
080301	ESTADO	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	382.670,00	262.864,11		262.864,11	110.850,07	119.805,89	271.819,93	152.014,04	28,97
080501	CONTINGENTES	382.670,00	262.864,11		262.864,11	110.850,07	119.805,89	271.819,93	152.014,04	28,97
08050102	PRECATORIAS	374.670,00	255.669,05		255.669,05	104.655,01	119.000,95	270.014,99	151.014,04	27,93
08050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	8.000,00	7.195,06		7.195,06	6.195,06	804,94	1.804,94	1.000,00	77,44
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	40.070,00	35.068,00		35.068,00	35.068,00	5.002,00	5.002,00		87,52
080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	38.070,00	35.068,00		35.068,00	35.068,00	4.002,00	4.002,00		89,76
080702	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS - SUBSISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL DE CIDADANIA - REGIME DE SOLIDARIEDADE	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
09	ACTIVOS FINANCEIROS	73.300,00	68.288,00	341.440,01	409.728,01	68.288,00	5.012,00	5.012,00		93,16
0907	AÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
090702	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBLICAS	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
0908	OUTROS DE PARTICIPAÇÃO	68.300,00	68.288,00	341.440,01	409.728,01	68.288,00	12,00	12,00		99,98
090802	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚBLICAS	68.300,00	68.288,00	341.440,01	409.728,01	68.288,00	12,00	12,00		99,98
10	PASSIVOS FINANCEIROS	305.000,00	294.365,06	1.080.203,32	1.374.568,38	294.365,06	10.634,94	10.634,94		96,51

**MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA - POR PERÍODO**

ENTIDADE: M.V.N.FOZ COA -

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

PERÍODO: JANUÁRIO

A DEZEMBRO

- 2016/12/31

ANO: 2016

PÁG. 4

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA (7)	DIFERENÇAS			GRUPO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11)a)
ECONÓMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	305.000,00	284.365,06	1.080.203,30	1.374.568,38	284.365,06	10.634,94	10.634,94		96,51
100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	270.000,00	261.850,66	997.867,11	1.259.717,77	261.850,66	8.149,34	8.149,34		96,98
100605	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO	35.000,00	32.514,40	82.336,21	114.850,61	32.514,40	2.485,60	2.485,60		92,90
TOTAL		10.552.601,95	9.195.185,54	3.334.091,81	12.529.277,35	9.538.140,24	1.357.422,41	2.014.467,71	457.045,30	80,91

.... em de de
(Assinaturas)

a) $(11 = 7 / 3 * 100)$

Quadro 23 – Mapa de controlo Orçamental da Despesa

**5.3. – RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA****RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA**

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

ANO 2016

PAG. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		396.351,79	Despesas orçamentais		8.538.140,24
Execução orçamental	176.202,95		Correntes	7.445.571,61	
Operações de tesouraria ...	220.148,84		Capital	1.092.568,63	
Receitas orçamentais		9.543.749,48	Operações de tesouraria		570.057,34
Correntes	8.677.500,14		Saldo para a gerência seguinte ...		1.407.399,57
Capital	866.249,07		Execução orçamental	1.181.812,19	
Outras	0,27		Operações de tesouraria	225.587,38	
Operações de tesouraria		575.495,88	Total		10.515.597,15
Total		10.515.597,15			

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Quadro 24 – Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE****CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE****CÓDIGO 8.1 DO POICAL****GERÊNCIA**

De 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016

8.1.1**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA**

Número de Identificação Fiscal: 506 829 197

Endereço Postal: PRAÇA DE MUNCÍPIO, 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA

Telefone: 279

760 400

Regime Financeiro: o estabelecido na Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro

8.1.2**Legislação, constituição e orgânica:** Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro**Funcionamento:** Decreto-Lei nº 305/2009 de 23 de Outubro**8.1.3****ORGANIZAÇÃO INTERNA****Data da Aprovação****Data da
Publicação****Diário da República**Estrutura
orgânica

28.12.2012

11.01.2013

9

Mapa de
pessoal

28.12.2012

Reestruturação de serviços

28.12.2012

11.01.2013

9

8

8.1.4**Descrição sumária das Atividades:** Administração Local**8.1.5****COMPOSIÇÃO DO ORGÃO EXECUTIVO****De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro**

Gustavo de Sousa Duarte

João Paulo Lucas Donas Botto Sousa

Andreia Merícia Polido de Almeida

Fernando Monteiro Girão

Cristina Maria Ferreira Beselga Lobão Alonso

8.1.6 Organização Contabilística

A organização e processamento da Contabilidade assentam num conjunto de aplicações informáticas integradas entre si:

Pocal, Aplicação de Gestão de Águas, Gestão de Pessoal e Património.

As aplicações informáticas são suportadas pelo seguinte hardware:

Uma rede ETHERNET de PC'S com sistema operativo Windows a trabalhar sobre uma plataforma

LINUX instalada em dois servidores em bastidor próprio, protegido contra falhas de corrente elétrica por uma unidade de



Socorro (UPS) de 10 Kva.

Regularmente o sistema processa cópias de segurança de toda a informação registada.

Não existe neste Município descentralização contabilística.

PONTO III DA RESOLUÇÃO Nº 4/2001 - 2ª SECÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS - D.R. II Série, nº 191 de 18 de Agosto de 2001**a) INDICADORES DE GESTÃO**

Fundo Equilíbrio Financeiro.....	5.580.519,00 €
Participação Fixa no IRS.....	178.369,00 €
Fundo Social Municipal.....	143.801,00 €

b) INVESTIMENTOS REALIZADOS POR ESTE MUNICÍPIO

Despesas de Investimento no ano anterior ao da Gerência em apreciação	1.962.114,96€
---	---------------

c) ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Identificação da última inspeção averiguação ou inquérito, realizado ao Município:
Data do início da ação em 2010/10/11, pela entidade IGAL - processo nº 91400.

d) ENCARGOS FINANCEIROS

Quota parte das amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pelas Associações de municípios em que a entidade participe e ou empresas públicas municipais.	0,00 €
--	--------

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 - Indicação e justificação das disposições do POCAL, que em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia Local. Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar;

8.2.2 - Neste exercício e tendo em vista melhorar a apresentação das contas foram feitos ajustamentos no quadro de contas do exercício de 2016, quer no mapa do balanço ajustando de forma mais adequada a exigibilidade das dívidas, quer no mapa da demonstração de resultados com a alteração do conteúdo de contas entre rubricas, pois na ligação entre o processo orçamental e o processo patrimonial tem algumas configurações que necessitam de ajustamento.



8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

8.2.3.1.0 – Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Autarquia e de acordo com as normas vertidas no POCAL- Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, aprovou o atual sistema contabilístico das Autarquias Locais (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro do ano 2002, de 11 de setembro.

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

8.2.3.1 - Imobilizações

8.2.3.1.1 Imobilizações corpóreas próprias

Mensuração

O ativo imobilizado corpóreo, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

a) Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

b) Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada, ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.



O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento, as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

8.2.3.1.2 Imobilizações incorpóreas

Mensuração

O ativo imobilizado incorpóreo, é valorizado ao custo de aquisição.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

8.2.3.1.3 Imobilizações Financeiras

Mensuração

Os investimentos financeiros, são valorizados ao custo de aquisição.

Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Imparidades

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através de conta apropriada. Esta não deve subsistir logo que deixe de se verificar a situação indicada.

8.2.3.1.4 Bens de domínio Público



Os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado da autarquia, se esta for responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afetos à sua atividade operacional.

A valorização destes bens será efetuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, conforme descrito no ponto 8.2.3.1.1.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento, as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.3.1.5 – Critérios genéricos

8.2.3.1.5.1. Aquisições a título gratuito

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. O critério de valorimetria aplicado deverá ser explicitado e justificado no anexo adequado (nota 8.2.3).

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero, até ser objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.2 Transferências de ativos

No caso de transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo presente Plano ou por este e pelo POCP, o valor a atribuir será o valor constante nos registos



contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no presente Plano, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

Na impossibilidade de aplicação de qualquer das alternativas referidas, será aplicado o critério definido no n.º 8.2.3.1.5.1.

8.2.3.1.5.3 – Imparidades

Quando à data do balanço os elementos do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objeto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.1.5.4 – Avaliação inicial

No caso de inventariação inicial de ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.5 – Reavaliações

Como regra geral, os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização

8.2.3.1.5.6 – Capitalização de juros

Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a imobilizações, os respetivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.



Se a construção for por partes isoláveis, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes.

8.2.3.2 - Existências

8.2.3.2.1- Mensuração

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção

1 Considera-se como custo de aquisição de um bem a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

2 Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

3 Se o custo de aquisição ou o custo de produção for superior ao preço de mercado, será este o utilizado.

4 Quando na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, deverá ser utilizado o critério referido no n.º 3.

5 Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos são valorizados, na falta de critério mais adequado, pelo valor realizável líquido.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Entende-se como custo de reposição de um bem o que a entidade teria de suportar para o substituir nas mesmas condições, qualidade, quantidade e locais de aquisição e utilização.

Considera-se como valor realizável líquido de um bem o seu esperado preço de venda deduzido dos necessários custos previsíveis de acabamento e venda.

8.2.3.2.2 - Provisões



Relativamente às situações previstas nos n.ºs 3 e 4 do ponto 8.3.2.2.1, as diferenças serão expressas pela provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.2.3 – Métodos de custeio

Os métodos de custeio das saídas de armazém a adotar são o custo específico ou o custo médio ponderado.

8.2.3.3 - Dívidas de e a terceiros

8.2.3.3.1 – Mensuração

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

8.2.3.3.2 - Provisões

Os riscos de incobrabilidade relativos a dívidas de terceiros, são provisionados.

As provisões que respeitem a riscos e encargos resultantes de dívidas de terceiros não devem ultrapassar as necessidades.

8.2.3.4 - Disponibilidades

8.2.3.4.1 – Mensuração

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

As disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

As diferenças de câmbio apuradas na data de elaboração do balanço final do exercício são contabilizadas nas contas 685 «Custos e perdas financeiros - Diferenças de



câmbio desfavoráveis» ou 785 «Proveitos e ganhos financeiros - Diferenças de câmbio favoráveis».

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria são expressos no balanço pelo seu custo de aquisição (preço de compra acrescido dos gastos de compras).

Se o custo de aquisição for superior ao preço de mercado será este o utilizado.

8.2.3.4.2 - Provisões

Na situação prevista no ponto anterior de o preço de mercado, ser inferior ao custo de aquisição deve constituir-se ou reforçar a provisão pela diferença entre os respetivos preços de aquisição e de mercado. A provisão será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que levaram à sua constituição.

8.2.3.5 – Provisões (2.7.1 POCAL)

A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades.

Não se deve proceder à anulação e sequente constituição de uma provisão.

São consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente, às aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Provisões para cobranças duvidosas

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.



O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas que tenham sido reclamadas judicialmente ou em que o devedor tenha pendente processo de execução ou esteja em curso processo especial de recuperação da empresa ou de falência são tratadas como «Custos e perdas extraordinários», quando resulte do respetivo processo judicial a dificuldade ou impossibilidade da sua cobrança e sejam dadas como perdidas.

Provisões para outros riscos e encargos

Provisão: é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões para outros riscos e encargos são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Autarquia como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigação presente que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.



Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Autarquia não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

8.2.3.6 – Amortizações (ponto 2.7.2 POCAL)

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do activo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação ou o deperecimento possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do ativo imobilizado corpóreo adquirido em 2.^a mão, é determinada pelo órgão deliberativo da autarquia local sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada.

8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no Balanço e Demonstração de Resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Todas as operações registadas e incluídas nas contas do Balanço e Demonstração de Resultados estão registadas em euros.

8.2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado. Nada a referenciar.

8.2.6 - Comentários às contas 43.1 “Despesas de Instalação” e 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”. Nada a referenciar.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes



Imobilizado Corpóreo
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Saldo Razão em 31-12-2015	Movimentos		Saldo Razão em 31-12-2016
Nº	Descrição		Aumentos	Transferênc. e Abates	
421	Terrenos e Recursos Naturais	1.397.894,71 €	92.174,46 €	-25.720,00 €	1.464.349,17 €
422	Edifícios e O.Construções	43.698.945,05 €	1.033.875,47 €	-102.192,10 €	44.630.628,42 €
423	Equipamento Básico	507.890,08 €	11.329,84 €	-1.018,20 €	518.201,72 €
424	Equipamento de Transporte	1.501.121,82 €	40.102,39 €	-7.590,64 €	1.533.633,57 €
425	Ferramentas e Utensílios	61.189,32 €	5.231,26 €	-133,80 €	66.286,78 €
426	Equipamento Administrativo	846.791,91 €	29.143,10 €	-10.011,69 €	865.923,32 €
429	Outras Imob. Corporeas	542.739,52 €	67.400,67 €	-21.722,75 €	588.417,44 €
		48.556.572,41 €	1.279.257,19 €	-168.389,18 €	49.667.440,42 €

Quadro 25 – Imobilizado Corpóreo



Bens de Domínio Público
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Saldo Razão em 31-12-2015	Movimentos		Saldo Razão em 31-12-2016
Nº	Descrição		Aumentos	Transferênc.	
451	Terrenos e Recursos Naturais	320.189,72	0,00	0,00	320.189,72
452	Edifícios	23.600,00	0,00	0,00	23.600,00
453	Outras Construções e Infra-Estruturas	4.759.321,29	51.754,49	0,00	4.811.075,78
455	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	85.310,32	0,00	0,00	85.310,32
459	Outros Bens de Domínio Público	25.791,36	0,00	0,00	25.791,36
		5.214.212,69	51.754,49	0,00	5.265.967,18

Quadro 26 – Bens de Domínio Público

Imobilizado Em Curso
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Saldo Razão em 31-12-2015	Movimentos		Saldo Razão em 31-12-2016
Nº	Descrição		Aumentos	Transferênc.	
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas	4.431.620,26	439.747,55	-1.042.113,69	3.829.254,12
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público	172.573,86	0,00	-1.814,25	170.759,61
		4.604.194,12	439.747,55	-1.043.927,94	4.000.013,73

Quadro 27 – Imobilizado em Curso



Imobilizado Incorpóreo
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Saldo Razão	Movimentos	Saldo Razão
Nº	Descrição	em 31-12-2015	Aumentos	em 31-12-2016
431	Despesas de instalação	72.727,97 €	0,00 €	72.727,97 €
432	Despesas de invest. e desenv.	98.952,27 €	6.723,18 €	105.675,45 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		171.680,24 €	6.723,18 €	178.403,42 €

Quadro 28 – Imobilizado Incorpóreo



Amortizações Acumuladas-resumo anual					
Nº	Conta de Razão	Saldo de Razão em 31-12-2015	Movimento de 2016		Saldo de Razão em 31-12-2016
	Designação		Reforço	Transferências Regularizações	
48.22	Edifícios e O. Construções	9.531.242,46 €	1.017.612,38 €	4.294,26 €	10.553.149,10 €
48.23	Equipamento Básico	340.823,42 €	55.877,81 €	-293,69 €	396.407,54 €
48.24	Equipamento de Transporte	1.302.509,80 €	48.265,32 €	-90.942,77 €	1.259.832,35 €
48.25	Ferramentase e Utensílios	44.941,22 €	5.301,35 €	-26,65 €	50.215,92 €
48.26	Equipamentos Administrativos	760.532,48 €	38.373,35 €	-272,42 €	798.633,41 €
48.29	O. Imobilizações Corpóreas	328.308,35 €	39.744,47 €	318,85 €	368.371,67 €
	Total	12.308.357,73 €	1.205.174,68 €	-86.922,42 €	13.426.609,99 €
48.31	Despesas de Instalação	72.727,97 €	0,00 €	0,00 €	72.727,97 €
48.32	Despesas de Invest. e Desenvolvimento	8.744,54 €	6.215,82 €	0,00 €	14.960,36 €
48.33	Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		81.472,51 €	6.215,82 €	0,00 €	87.688,33 €
48.51	Terrenos e Recursos Naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48.52	Edifícios	1.887,23 €	156,30 €	0,00 €	2.043,53 €
48.53	Outras Construções e Infra-Estruturas	1.110.568,58 €	188.662,60 €	215,64 €	1.299.446,82 €
48.55	Bens do Património, Histórico, Artístico e Cultural	6.753,69 €	1.066,37 €	0,00 €	7.820,06 €
		1.119.209,50 €	189.885,27 €	215,64 €	1.309.310,41 €
	Total Geral	13.509.039,74 €	1.401.275,77 €	-86.706,78 €	14.823.608,73 €

Quadro 29 – Amortizações Acumuladas

Divulgações:

Na valorimetria dos bens do ativo imobilizado foi utilizado o critério do custo histórico, tendo as amortizações sido calculadas pelo método das quotas constantes, obedecendo às disposições do POCAL e do CIBE.



O processo de inventariação e avaliação do património foi desenvolvido pelas seguintes fases:

-Numa primeira fase, foram inventariados os bens constantes das contas da classe 4 imobilizada, adquiridos como tal e assim registados. Este trabalho desenvolvido só abrangeu aquisições desde 2003 até 2008.

-Numa segunda fase, foram feitas correções a erros detetados quanto à classificação de bens e aquisições, que de facto não correspondiam a bens capitalizáveis. Estas correções, traduziram-se em reclassificações contabilísticas e ajustamentos contabilísticos.

-Numa terceira fase, foram identificados bens, nomeadamente imóveis e viaturas adquiridos antes da implementação do POCAL pela Autarquia em 2003, que foram valorizados e acrescidos ao imobilizado com ajustamentos nos capitais próprios.

Apesar do trabalho já desenvolvido, não foi possível arrolar, inventariar e valorizar parte dos bens do domínio público utilizados pelo Município ou à sua guarda, mas que não afetam os valores expressos no balanço, pois o valor que lhes será atribuído é zero, nos termos do POCAL.

No âmbito do trabalho efetuado já foi possível registar amortizações de bens adquiridos e identificados entre o ano de 2003 e o ano de 2014 que originaram amortizações acumuladas com ajustamento nos capitais próprios, e amortizações relativas aos bens adquiridos no ano de 2016.

8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes, esta informação encontra-se referenciada nos mapas do Património.

8.2.9 - Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, o Município não está a capitalizar este tipo de juros.

8.2.10 -Não há reavaliação dos bens do imobilizado.

8.2.11 -Quadro discriminativo das reavaliações, o Município não efetuou qualquer reavaliação dos bens do imobilizado.

8.2.12 – No que se refere às Imobilizações em poder de terceiros, Imobilizações implantadas em propriedade alheia, Imobilizações reversíveis e discriminação de custos financeiros nelas capitalizáveis, temos a referir o seguinte:



O município implementou um Centro de Alto Rendimento para Remo do Pocinho, em terrenos que são propriedade da EDP, com direito de uso durante 50 anos

8.2.13 - O Município não recorreu neste exercício ao regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Não foi até à data, possível valorizar todo o imobilizado que são bens de domínio público à responsabilidade do Município, com datas de aquisição ou afetação anteriores a 2003, por que a inventariação e arrolamento desses bens, apesar de se terem iniciado, não foi possível ainda concluí-la por manifesta falta de informação e de meios humanos e materiais adequados.

8.2.15 - Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Só procedemos a amortizações de bens de domínio público, que são depreciables.

8.2.16 – Entidades Participadas.

Designação	Sede	Valor	%	Capital	Resultado Líquido	Ano
FOZCÔAINVEST – Energia, Turismo e Serviço, E.M.	Rua Eng.º Carlos Lacerda. 5150 – V.N. de Foz Côa	1.382.080,30€	92,32	1.497.000,00 €	902.958,72€	2016
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruk, nº 29 5000-427Vila Real	115.890,00€	0,0076	152.198.130,00€	13.024.049,41€	2016

Quadro 30 – Entidades Participadas

O município participa ainda de forma indireta numa empresa, a Ribeira da Teja EM Lda., com 51,7%, com estatuto de empresa local e que faz parte do seu perímetro de consolidação.

8.2.17 - Não aplicável

8.2.18 – O município, por força da Lei, reconheceu a sua participação no Fundo de Apoio Municipal com o valor registado em balanço de 478.016,61€

8.2.19 - Não aplicável

8.2.20 - Não aplicável

8.2.21 - Não aplicável



8.2.22 – O valor global das dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa no montante de 16.3298.98€.

8.2.23 - Não existem dívidas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

8.2.24 - Não aplicável

8.2.25 - Não aplicável

8.2.26 - Mapa de contas de ordem em anexo à prestação de contas.

8.2.27 – A conta de provisões acumuladas reflete unicamente o reconhecimento da perda que se pode verificar em clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa no montante de 10.628,97€

8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo patrimonial”, constantes do balanço.

CONTAS CLASSE	DESCRIÇÃO	ANO 2015	Afectação do Resultado	Variações do Exº	ANO 2016
51	PATRIMONIO	28.946.672,91 €	915.330,58 €		29.862.003,49 €
57	RESERVAS				
59	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00 €	0,00 €	-252.870,31 €	-252.870,31 €
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	963.505,87 €	-963.505,87 €	0,00 €	0,00 €
		31.472.259,09 €	0,00 €	-252.870,31 €	31.219.388,78 €

Quadro 31 – Fundo Patrimonial

Os movimentos do exercício ocorridos na rubrica de Fundos próprios são devidos à execução da aplicação de resultados aprovada pela assembleia municipal e a regularizações de saldos que resultaram de erros de registo no tratamento do reembolso do IVA em 2015.

8.2.29 -Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

O custo das matérias consumidas refere-se ao custo de aquisição da água utilizada no serviço de abastecimento de água à população.



2016

Município de Foz Côa

	2016	2015
Descrição	Mercadorias	Mercadorias
Compras - água	470.842,00	561.945,54
Custo das mercadorias vend e mat consumidas	470.842,00	561.945,54

Quadro 32 – Demonstração do CMVMC

8.2.30 - Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

ANO 2016

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA - MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA Janeiro - Dezembro Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPORTADOS	9.220,39	24.571,39	781 - JUROS OBTIDOS		1,81
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS		
684 - PROVISÕES PARA PLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	3.217,88	3.402,38	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	-12.438,27	-27.971,96	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
Total		1,81	Total		1,81

Quadro 33 – Demonstração de Resultados Financeiros

8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

ANO 2016

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

-

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFÊRENCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	180.098,26	170.717,83	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS			793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA		
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	92.178,35		794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES		117.992,03
695 - MULTAS E PENALIDADES			795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	27.147,96	17.150,34
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		27.967,12
697 - CORRECÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	91.340,87	51.009,94	797 - CORRECÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	91.599,87	394.798,28
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS	35.131,27	6.942,13	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	837.305,07	629.847,70
EXTRAORDINÁRIOS					
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	557.304,15	959.085,57			
			Total	956.052,90	1.187.755,47
Total	956.052,90	1.187.755,47			

Quadro 34 – Demonstração de Resultados Extraordinários

8.2.33 – Provisões e Contingências

Provisões

Foi reforçada a provisão de cobrança duvidosa efetuada no ano de 2015, no montante de 5.701,01€, ficando constituída a provisão para clientes de cobrança duvidosa no montante de 16.329,98€, relativa às dívidas em atraso da cobrança de recibos de água.

Contingências

O Município tem acionado por terceiros os seguintes processos:

1) Proc. nº 295/11.4BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO (Ação Administrativa Comum – forma ordinária) – valor: 222.339,29€ - aguarda julgamento;

2) Proc. nº 133/12.0BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO (Ação Administrativa Comum – forma sumária) – valor: 7.650,00€ - já foi proferida



sentença (favorável ao Município), mas ainda se encontra a decorrer o prazo do trânsito em julgado;

3) Proc. nº 2222/13.5BEPRT do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA (Ação Administrativa Comum) – valor: 648.236,41€ - aguarda audiência prévia;

4) Proc. nº 79/14.8BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO (Ação Administrativa Comum) – valor: 140.679,50€ - aguarda audiência prévia;

5) Proc. nº 447/15.8 do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO – Ação Administrativa Especial) – valor: 7.809,35€ - aguarda julgamento.

Os valores expressos no texto, são valores processuais, pelo que a consideração destes factos como contingentes, significa que existe incerteza de que sejam verdadeiras responsabilidades, não estando definida sua quantificação nem a tempestividade do seu pagamento.

No entanto é convicção deste Município que não há risco de responsabilidade, nem há fundamento que permita determinar com alguma segurança qualquer valor potencialmente exigível, uma vez que todos os processos aguardam despacho saneador.



8.3 – NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

8.3.1- Mapa das Modificações ao Orçamento - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.2- Mapa das Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4- Mapas de Transferências - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.1.- Transferências Correntes – Despesa - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.2.- Transferências de Capital - Despesa **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.3.- Subsídios Concedidos - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.4.- Transferências Correntes – Receita **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.5.- Transferências de Capital – Receita **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.6.- Subsídios Obtidos - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.5.1 – Ativos de Rendimento Fixo - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.5.2 – Ativos de Rendimento Variável - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.6 – Mapa dos empréstimos

8.3.6.1 – Empréstimos;

8.3.6.2 – Outras dívidas a terceiros;



De acordo com a alínea c) do n.º 13 do POCAL, interessa focar a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo a terceiros (contas 22, 23 e 26), nos últimos 9 anos, individualizando as dívidas a instituições de crédito.

ANO	DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZOS								DÍVIDAS A CURTO PRAZO	TOTAL GERAL	% Evolução
	BANCOS E DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO					Acordos de Regularização			OUTROS TERCEIROS		
	CGD	BES	CCA	IGTCP	Total dos Emprést.	Águas do Norte	AMDS	Total dos Acord			
2006	1.527.470,50 €	1.093.167,80 €			2.620.638,30 €			- €	267.111,82 €	2.887.750,12 €	0,55%
2007	1.885.099,43 €	1.022.021,10 €			2.907.120,53 €	445.448,49 €		445.448,49 €	338.436,50 €	3.691.005,52 €	27,82%
2008	1.180.767,11 €	950.874,40 €			2.131.641,51 €	316.365,38 €	226.809,25 €	543.174,63 €	990.143,50 €	3.664.959,64 €	-0,71%
2009	1.321.819,47 €	848.757,51 €	740.217,20 €	162.572,00 €	3.073.366,18 €	189.094,38 €	203.646,29 €	392.740,67 €	1.856.514,96 €	5.322.621,81 €	45,23%
2010	994.635,79 €	780.108,65 €	742.882,09 €	162.572,00 €	2.680.198,53 €	127.271,00 €	630.015,21 €	757.286,21 €	1.211.032,31 €	4.648.517,05 €	-12,66%
2011	825.648,51 €	711.459,79 €	1.107.280,06 €	162.572,00 €	2.806.960,36 €	63.635,50 €	523.833,45 €	587.468,95 €	1.813.364,79 €	5.207.794,10 €	12,03%
2012	657.947,28 €	642.810,93 €	989.735,99 €	162.572,00 €	2.453.066,20 €	671.245,85 €	450.184,56 €	1.121.430,41 €	783.308,02 €	4.357.804,63 €	-16,32%
2013	486.234,41 €	574.162,02 €	865.622,67 €	162.572,00 €	2.088.591,10 €	497.498,15 €	357.759,28 €	855.257,43 €	1.112.661,07 €	4.056.509,60 €	-6,91%
2014	313.210,45 €	505.513,21 €	740.350,16 €	146.314,80 €	1.705.388,62 €	326.721,12 €	266.011,27 €	592.732,39 €	259.924,36 €	2.558.045,37 €	-36,94%
2015	138.700,54 €	436.864,35 €	664.058,10 €	113.800,40 €	1.353.423,39 €	169.632,70 €	173.956,98 €	343.589,68 €	59.823,03 €	1.756.836,10 €	-31,32%
2016	26.410,76 €	364.551,15 €	586.810,42 €	81.286,00 €	1.059.058,33 €	- €	82.616,09 €	82.616,09 €	68.106,50 €	1.209.780,92 €	-31,14%

Quadro 35 – Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos

Neste mapa, não só se encontram relatadas as dívidas a fornecedores de curto prazo (faturas por pagar e faturas em conferência), como também, empréstimos a Instituições Financeiras e dívidas de curto prazo que foram transformadas em médio e longo prazos, de que são exemplo os acordos de regularização com a **AMDS** e **ÁGUAS DE NORTE, Grupo de Águas de Portugal**. Este último terminou em novembro de 2016, bem como também o 2º acordo de regularização com a AMDS, que acabou em dezembro de 2016.

ÁGUAS DE NORTE, Grupo de Águas de Portugal

- Acordo de regularização de 28 de dezembro de 2012, no valor de 778.632,94€, sendo 655.895,40€ de capital, 107.387,09€ de juros vincendos e 15.350,45€ de juros vencidos até 30/11/2012, que foi refletido nas contas do Município em 2013, sendo que foi totalmente pago, em novembro do ano de 2016.

Associação de Municípios do Douro Superior

- Com esta Associação foram elaborados dois acordos de regularização:
 - a) 1º Acordo no valor de 226.809,25€ em 22/12/2008 – Pago.



b) 2º Acordo no valor de 464.715,51€ em 12/04/2010 – em execução.

Mapa das dívidas a terceiros (descriminado) – Ano de 2016

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.FOZ COA				2017/03/28	2016	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
22		FORNECEDORES		403.412,71		150.722,59
22.1		Fornecedores c/corrente		345.862,90		82.616,09
22.1.1		FORNECEDORES GERAIS C/CORRENTE		2.273,22		
	112	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, SA		785,12		
	116	MEO-SERVICOS DE COMUNICACOES E MULTIMEDIA, S.A.		58,10		
	1742	LUIS MUGEL RAMOS LOPES		50,00		
	2571	CARLOS MANUEL PISSARRA GONCALVES		50,00		
	2577	APLADESUCESSO - UNIPESSOAL, LDA		1.230,00		
	2665	SUSANA PATRICIA MOREIRA MESQUITA		50,00		
	2666	REINALDO ALBERTO REIS		50,00		
22.1.3		ACORDOS DE REGULARIZAÇÃO		343.589,68		82.616,09
22.1.3.01		AGUAS DO NORTE		169.628,72		
	2645	AGUAS DO NORTE - GRUPO AGUAS DE PORTUGAL		169.628,72		
22.1.3.02.1		A.M.D.S - CURTO PRAZO		61.962,00		61.962,12
	69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR		61.962,00		61.962,12
22.1.3.02.2		A.M.D.S - M/LONGO PRAZO		111.998,96		20.653,97
	69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR		111.998,96		20.653,97
22.8		Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		57.549,81		68.106,50
	112	CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, SA		1.263,99		567,58
	1150	EDP SERVICO UNIVERSAL, S.A.		787,34		
	116	MEO-SERVICOS DE COMUNICACOES E MULTIMEDIA, S.A.		193,30		302,00
	1433	ORONA PORTUGAL, SOC. UNIPESSOAL LDA.				547,30
	1534	COMBUSTIVEIS VIDEIRA & FILHOS, LDA		179,05		439,50
	1742	LUIS MUGEL RAMOS LOPES		50,00		
	1995	STERICY PORTUGAL, LDA		294,09		104,88
	1997	AMBIMED - GESTÃO AMBIENTAL, LDA		29,93		29,93
	2009	MANUEL VIDEIRA DA COSTA				540,00
	2033	ROTA DAS GRAVURAS UNIPESSOAL, LDA		2.389,66		2.582,16
	2159	LUIS AUGUSTO MONTEIRO MOUTINHO		238,00		
	2222	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, SA		45.721,91		46.891,95
	2231	ASCENDUM II - VEICULOS, UNIPESSOAL, LDA.				3.372,28
	2368	GASCAN - GASES COMBUSTIVEIS, S.A.				997,94
	2571	CARLOS MANUEL PISSARRA GONCALVES		50,00		
	2576	JOSÉ & LUÍS - PEÇAS, LDA		77,99		
	2577	APLADESUCESSO - UNIPESSOAL, LDA		1.230,00		
	2644	LUIS FILIPE BOLOTA LOUREIRO				130,00
	2656	CINEBOX, LDA				2.767,50
	2665	SUSANA PATRICIA MOREIRA MESQUITA		50,00		
	2666	REINALDO ALBERTO REIS		50,00		
	268	MARIA DA CONCEIÇÃO COELHO M. GUERRA (MEDIADOR DA COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ)				536,65
	2682	REDINSAL - CONSULTORIA E INSPEÇÕES TECNICAS,LDA		760,39		
	373	SUPERCOA,SUPERMERCADO,LDA				29,13
	387	V.FERNANDES & MOTA,LDA				2,83
	468	TOME & FILHO MEDIAÇÃO SEGUROS LDA		1.353,19		
	471	TRANSDEV INTERIOR, S.A.				900,00
	58	RUI COSTA - UNIPESSOAL, LDA		1.908,47		2.554,96
	595	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TENENTE CORONEL ADÃO CARRAPATOSO DE V. N. FOZ COA				2.573,76
	783	FREGUESIA DE SANTA COMBA				41,24
	8	COPIALTA - REPRESENTAÇÕES, LDA		922,50		1.525,20
	881	LRTM- LAB. REGIONAL DE TRÁS OS MONTES, LDA				669,71
TOTAL ...				403.412,71		150.722,59

Quadro 36 – Outras Dívidas a terceiros 2016



No gráfico abaixo é relatada a evolução das dívidas de curto médio e longo prazo, nos últimos anos.

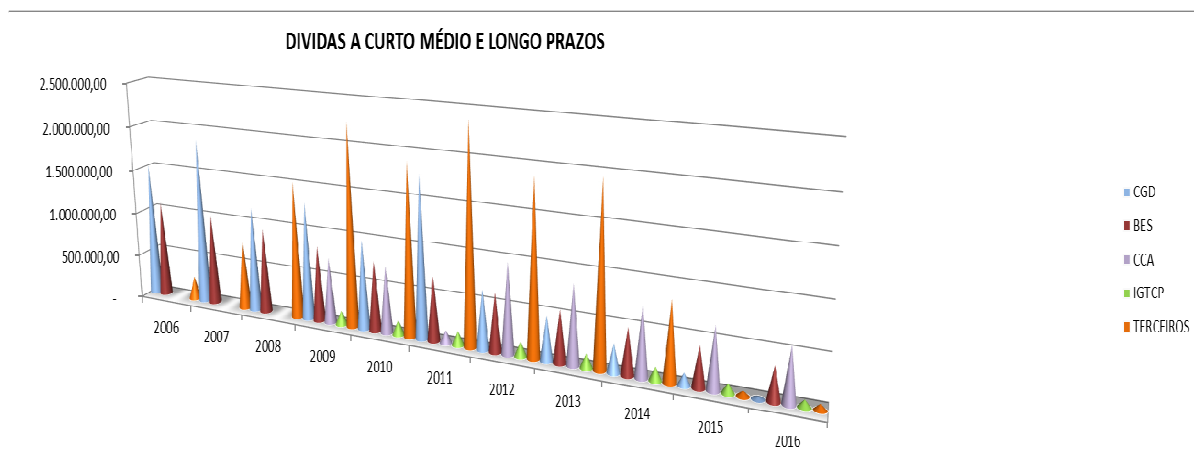


Gráfico 8 - Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazos

Em cumprimento do art.º 15º da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, (LCPA e Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), a seguir se elenca de forma individual, todos os recebimentos e pagamentos pendentes (uma vez que o município não tem pagamentos em atraso) a 31 de Dezembro de 2016, bem como se declara que é nossa convicção que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2016, se encontram devidamente registados no programa contabilístico existente neste município (Anexo I), em compromissos futuros

Recebimentos e Pagamentos à data de 31/12/2015

RECEBIMENTOS:

Entidade	Nº	Valor
Consumidores de água com pagamentos em atraso	Débitos ao Tesoureiro	16.329,98 €
A receber dos Fundos Comunitários		12.742,22€
Total		29.072,20€



PAGAMENTOS:

Terceiro	Fornecedor	Referência	Nº Interno	Dt. Emissão	Dias em atraso	Valor	Acordo de Regularização de dívida	S/ Acordos de Regularização de dívida
69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR	0009/10	1996	2010-02-02	0	33.671,89 €	33.671,89 €	
69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR	0014/2010	1984	2010-03-10	0	1.947,57 €	1.947,57 €	
69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR	0015/10	1995	2010-03-10	0	31.337,86 €	31.337,86 €	
69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR	008/10	1991	2010-02-02	0	1.377,75 €	1.377,75 €	
69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR	004/10	1990	2010-01-14	0	14.281,02 €	14.281,02 €	
2621	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	2015/FAM	3689	2015-12-30	0	341.440,61 €	341.440,61 €	
					Total	424.056,70	424.056,70	0,00

Quadro 37 – Recebimentos e Pagamentos em atraso a 31/12/2016



De seguida ilustramos o ponto de situação dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários.

Programa	Designação do projeto	valores aprovados(atualizados)			valores a 31-12-2016					valores por receber ainda não submetido
		investimento elegível	comparticipação	%	faturados	submetidos		recebido	pedidos pendentes por receber	
ON2	Implementação de sistema de URE e de EEA no pavilhão Gimnodesportivo municipal de Vila Nova de Foz Côa	43.127,40	36.658,29	85,00	42.782,40	42.782,40	36.365,04	36.365,04	0,00	
ON2	Implementação de sistema de URE e de EEA nas piscinas cobertas municipal de Vila Nova de Foz Côa	72.526,90	61.647,86	85,00	72.526,90	72.526,90	61.647,86	61.647,86	0,00	
POVT	Centro de Alto Rendimento do Remo	7.417.435,02	6.304.819,77	85,00	8.419.808,88	7.342.288,53	6.240.945,25	6.239.811,95	0,00	
ON2	Remodelação do Centro Escolar de Vila Nova de Foz Côa - Construção de Balneários e Remodelação da Cobertura	70.569,75	42.341,85	60,00	151.096,34	70.569,75	42.341,85	42.341,85	0,00	
ON2	Rede de monumentos do Vale do Douro	156.689,80	133.186,33	85,00	156.689,83	156.689,83	133.186,36	122.752,26	10.434,10	
Norte2020	Centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa	360.000,00	306.000,00	85,00	31.264,88	2.715,43	2.308,12	0,00	2.308,12	303.691,88
									12.742,22	303.691,88

Quadro 38 – Posição dos projetos candidatos em 31/12/2016

Note-se que em 31-12-2016, este Município tinha a receber dos fundos comunitários a importância de **12.742,22 €**, à espera de validação, no primeiro caso do relatório final, para receber os últimos 5%, e a validação do pedido de pagamento no segundo caso, seria de **1.197.038,70 €**, o que se traduz numa **descida** real de **31,86%**, em vez de **31,14%** (ver quadro 28 – Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos).

Importa ainda referir que, o prazo médio de pagamentos neste Município, segundo dados da DGAL, tem vindo a descer consideravelmente, tendo subido ligeiramente no ano de 2016, em virtude de alguns fornecedores não terem as Certidões de Não Dívida às Finanças e à Segurança Social em dia, atrasando assim o processo de pagamento.

	Prazo Médio de Pagamentos						
Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de dias	93	93	39	49	67	14	20*
* Nota: Dados provisórios da DGAL, publicados no Portal Autárquico.							

Quadro 39 – Prazo Médio de Pagamentos



Autorização para Emissão:

As demonstrações financeiras e a execução orçamental foram aprovadas pela Câmara Municipal, órgão competente, no dia/04/2017.

Vila Nova de Foz Côa, 07 de Abril de 2017

O Presidente da Câmara,

Engº Gustavo de Sousa Duarte



ANEXO I



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL

Tel. 279 760 400 * Fax 279 760 438 / 9 * e-mail: correio@cm-fozcoa.pt * www.cm-fozcoa.pt * 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA * NIF PT 506 829 197

DECLARAÇÃO

COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Eng.º Gustavo de Sousa Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, declara para os devidos efeitos e nos termos do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA e Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), que este município registou no ano de 2015, os compromissos plurianuais em “compromissos assumidos em exercícios futuros”. No que se refere aos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2016, é nossa convicção que todos se encontram devidamente registados.

Paços dos Concelho, 12 de janeiro de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal,

Eng.º Gustavo de Sousa Duarte

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE 17 DE JANEIRO DE 2017

----- Extrato da Ata -----

Declaração sobre Compromissos Plurianuais – 2016.

A Câmara Municipal deliberou: Por unanimidade, tomar conhecimento e enviá-la à Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do nº2 do artigo 15 da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.